



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

**MUITO ALÉM DA DECADÊNCIA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE AS  
TRANSFORMAÇÕES EM SOCIEDADES PÓS-MINERADORAS DO ESTADO DE  
GOIÁS COM ÊNFASE NO ARRAIAL DE OURO FINO.**

GIOVANNA SCORSI NETO

MONOGRAFIA - GRADUAÇÃO

Goiânia

2025

GIOVANNA SCORSI NETO

**MUITO ALÉM DA DECADÊNCIA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE AS  
TRANSFORMAÇÕES EM SOCIEDADES PÓS-MINERADORAS DO ESTADO DE  
GOIÁS COM ÊNFASE NO ARRAIAL DE OURO FINO.**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido como requisito obrigatório para conclusão do curso de Bacharelado em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Paulo de Melo Ramos.

Goiânia

2025

GIOVANNA SCORSI NETO

**MUITO ALÉM DA DECADÊNCIA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE AS  
TRANSFORMAÇÕES EM SOCIEDADES PÓS-MINERADORAS DO ESTADO DE  
GOIÁS COM ÊNFASE NO ARRAIAL DE OURO FINO.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
desenvolvido como requisito obrigatório  
para conclusão do curso de Bacharelado  
em Arqueologia pela Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás.

Goiânia, 18 de junho de 2025.

---

Professor Dr. Marcos Paulo de Melo Ramos (PUC GOIÁS)  
Orientador/Presidente da Banca

---

Professor Dr. Diogo Menezes Costa (UFP)  
Avaliador 1

---

Professora Dra. Sibeli Aparecida Viana (PUC GOIÁS)  
Avaliador 2

GOIÂNIA

2025

Ao meu avô Antônio, que, por meio do seu amor por sua própria história, me inspirou a construir a minha.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Marcos e Sandra, pelo apoio constante e incondicional nas mais diversas formas, emocional, financeira e afetiva, que me permitiu chegar até aqui e alcançar os meus objetivos.

Agradeço também aos meus avós, que sempre estiveram presentes com palavras de incentivo, amor e orgulho. Foram, e continuam sendo, meus maiores fãs e fontes inesgotáveis de motivação.

Aos meus irmãos, Mariana e Luiz Fernando, e à minha tia Suelen, sou grata pela companhia nos momentos de pausa e leveza, que tanto contribuíram para manter meu equilíbrio ao longo dessa jornada.

À minha melhor amiga, Leticia, meu mais profundo agradecimento por caminhar ao meu lado durante toda a graduação, compartilhando cada desafio, cada conquista, e por me lembrar, em tantos momentos, de não desistir.

Sou também imensamente grata aos meus professores, e a todo o corpo do IGPA, em especial ao Júlio e à Rosi, que foram mais do que educadores: verdadeiros guias, inspirações e amigos ao longo da minha formação.

Agradeço, de maneira especial, aos meus amigos e a toda minha família, pelo carinho, compreensão e apoio nos momentos mais difíceis. Cada palavra de incentivo, cada gesto de afeto, foi essencial para que eu pudesse concluir esta etapa com força e confiança.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Paulo, por sua escuta atenta, por respeitar minhas ideias e perspectivas, e por oferecer o suporte intelectual e prático necessário à construção deste trabalho. Sua confiança e orientação foram fundamentais para que este projeto tomasse forma.

## MUITO ALÉM DA DECADÊNCIA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES EM SOCIEDADES PÓS-MINERADORAS DO ESTADO DE GOIÁS COM ÊNFASE NO ARRAIAL DE OURO FINO.

Giovanna Scorsi Neto<sup>1</sup>, Marcos Paulo de Melo Ramos<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa as transformações socioculturais e espaciais em antigos núcleos mineradores do estado de Goiás, com foco no Arraial de Ouro Fino. A pesquisa parte da crítica ao conceito de “decadência” aplicado de forma generalizada a esses espaços após o declínio da mineração nos séculos XVIII e XIX. Por meio de uma abordagem arqueológica e historiográfica, busca-se compreender como essas comunidades se reorganizaram diante da crise aurífera, revelando continuidades, resistências e ressignificações que vão além da ideia de colapso. A investigação utiliza como base os dados obtidos em escavações arqueológicas no sítio de Ouro Fino, integrados à análise de documentos históricos, relatos de viajantes e interpretações de autores clássicos e contemporâneos. Através da Arqueologia da Mineração, com ênfase nas dimensões material e populacional, os vestígios encontrados, como ruínas, objetos cerâmicos e estruturas religiosas, são interpretados como evidências de adaptação e permanência. O estudo também realiza uma comparação com os arraiais de Pilar, Ferreiro e Santa Rita, identificando padrões e singularidades nas dinâmicas de ocupação, despovoamento e reconversão econômica. A análise demonstra que, embora tenham enfrentado declínio produtivo, muitos desses núcleos mantiveram importância simbólica, social e territorial. O trabalho defende que o conceito de decadência deve ser revisto à luz das evidências materiais e da produção historiográfica local, valorizando as vozes e experiências das populações goianas. Assim, propõe-se uma leitura mais complexa da história regional, que reconheça os arraiais pós-mineradores como paisagens vivas e multifacetadas.

---

<sup>1</sup>Aluna graduanda do curso de bacharelado de arqueologia.

<sup>2</sup>Orientador e coordenador do curso de bacharelado em arqueologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia da Mineração; Arraial de Ouro Fino; Sociedades pós-mineradoras.

**FAR BEYOND DECAY: A COMPARATIVE STUDY ON TRANSFORMATIONS IN POST-MINING SOCIETIES IN THE STATE OF GOIÁS WITH EMPHASIS ON THE ARRAIAL DE OURO FINO.**

Giovanna Scorsi Neto<sup>3</sup>, Marcos Paulo de Melo Ramos<sup>4</sup>

**Abstracts:** This work analyzes the sociocultural and spatial transformations in former mining settlements in the state of Goiás, focusing on the Arraial de Ouro Fino. The research critically addresses the concept of “decay,” which has often been broadly applied to these sites following the decline of gold mining activities in the 18th and 19th centuries. Through an archaeological and historiographical approach, the study aims to understand how these communities reorganized themselves in the face of economic downturn, revealing patterns of continuity, resistance, and reinterpretation that go beyond the notion of collapse. The investigation is based on data from archaeological excavations at the Ouro Fino site, combined with the analysis of historical documents, travelers’ accounts, and interpretations by both classical and contemporary authors. Drawing on Mining Archaeology, with emphasis on material and population dimensions, the findings, such as ruins, ceramic artifacts, and religious structures, are interpreted as evidence of adaptation and persistence. The study also includes a comparison with the settlements of Pilar, Ferreiro, and Santa Rita, identifying common patterns and unique trajectories in terms of occupation, depopulation, and economic transition. The analysis shows that, despite facing a decline in productivity, many of these sites retained symbolic, social, and territorial relevance. The work argues that the concept of decadence should be re-evaluated in light of material evidence and regional historiography, emphasizing the perspectives and experiences of Goiás’ local populations. Thus, it proposes a more nuanced interpretation of regional history, recognizing post-mining settlements as living and multifaceted cultural landscapes.

---

<sup>3</sup> Graduating student of the bachelor’s degree in archaeology.

<sup>4</sup>Thesis advisor and coordinator of the bachelor’s degree in archaeology at the Pontifical Catholic University of Goiás.

**KEYWORDS:** Mining archaeology; Arraial de Ouro Fino; Post-mining societies.

## LISTA DE FIGURAS

Mapa 1: Principais arraiais de Goiás no século XVIII.....	22
Mapa 2: Mapa de Pilar dos imóveis mais valorizados em 1816 (sem escala). (Mapa hipotético elaborado com base no Lançamento da Décima e Receita de Pilar. ....	24

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Igreja de São João Batista do Ferreiro em 1959. (Fonte: Bento Fleury, 2020 apud Correa, 2021.).....25
- Figura 2: Foto da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino. (Fonte: Laura Ludovico, 2009.) \_\_\_\_\_ 33
- Figura 3: Foto do Seminário de Férias de Santa Cruz em Ouro Fino – (Fonte: Bretas, 1991, p. 531 apud Laura Ludovico, 2009). \_\_\_\_\_ 34
- Figura 4: Formas dos recipientes cerâmicos de Ouro Fino. Século XVIII. Fonte: Souza, 2000. \_\_\_\_\_ 44
- Figura 5: a) Fivela de sapato identificada por Hume (1969:85) como do final do século XVIII; b) pederneira. Fonte: Souza, 2000. \_\_\_\_\_ 45
- Figura 6: Malga em faiança comum com cores verde, vinho e preto. Fonte: Souza, 2000.  
46
- Figura 7: Cachimbos exumados dos depósitos do século XVIII em Ouro Fino. Bastante comum no contexto colonial, este modelo consistia de uma abertura na parte superior da peça e uma parte onde era introduzida uma haste longa de taquara, que funcionava como piteira. Fonte: Souza, 2000. \_\_\_\_\_ 47

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação entre os arraiais goianos (fonte: a autora). \_\_\_\_\_ 64

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
Contexto e Justificativa .....	13
O Conceito de Decadência.....	14
Justificativa para o estudo comparativo .....	16
Pergunta de Pesquisa .....	17
Objetivos .....	18
Metodologia.....	18
1. CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE "DECADÊNCIA" NA HISTORIOGRAFIA E NA ARQUEOLOGIA .....	21
1.1. A historiografia tradicional sobre os arraiais goianos .....	22
1.2. O conceito de decadência em arqueologia histórica .....	30
1.3. Exemplos de estudos arqueológicos que reinterpretaram "decadência" .....	31
2. CAPÍTULO 2: ARRAIAL DE OURO FINO – EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS DA "DECADÊNCIA" .....	34
2.1. Contextualização do Arraial do Ouro Fino.....	34
2.2. A abordagem da Arqueologia de Mineração .....	39
2.3. Indicadores materiais de transformação .....	41
3. CAPÍTULO 3: COMPARAÇÃO COM OUTROS ARRAIAIS GOIANOS .....	51
3.1. Padrões comuns do processo de “decadência” .....	51
3.1.1. A existência de atividades econômicas paralelas à mineração durante seu auge 52	
3.1.2. Tentativas de transição econômica após o esgotamento do ouro .....	55
3.1.3. Persistência da comunidade após o fim da atividade mineradora.....	58
3.1.4. Transformações na cultura material após o fim da mineração.....	61
CONCLUSÃO .....	68
Referencias.....	71

## INTRODUÇÃO

### Contexto e Justificativa

A história da formação geográfica e social de Goiás, entre os séculos XVIII e XIX, está profundamente ligada à descoberta e exploração do ouro em seu território. Os arraiais mineradores surgiram como os primeiros núcleos urbanos e desenvolvimento econômico, e constituíram-se como espaços fundamentais para a interiorização do território português no Brasil, servindo como mais uma fonte de exploração para a Coroa Portuguesa.

A partir do início do século XVIII, com a expansão da atividade mineradora na atual área do Centro-Oeste, a Capitania de Goiás foi se formando sob a perspectiva do ciclo do ouro. Bandeirantes paulistas, ao adentrarem o sertão em busca de indígenas para escravizar e metais preciosos, acabaram por localizar fontes auríferas no território goiano, fato que impulsionou a criação dos primeiros arraiais, como o por exemplo, o Arraial de Sant'Anna, Arraial do Ferreiro, Arraial da Anta e Arraial de Ouro Fino. Esses espaços, inicialmente rústicos, foram ganhando estrutura e importância à medida que o volume de extração crescia e a presença de pessoas se intensificava.

Os arraiais funcionavam como centros organizadores da vida econômica e social regional. Neles se estabeleciam mineradores, comerciantes e membros religiosos, além de escravizados negros, e representantes do poder colonial. A vida nesses locais era marcada por uma intensa mobilidade social e diversidade cultural (Palacín, 1976). Além disso, os arraiais tiveram papel crucial na articulação de rotas e caminhos que ligavam o interior ao litoral. As trilhas abertas pelos bandeirantes e posteriormente adaptadas para a circulação de tropas e mercadorias possibilitaram a integração econômica e política da região com outras capitanias, como os atuais estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Com o declínio da atividade mineradora a partir do final do século XVIII, muitos arraiais enfrentaram uma crise econômica. No entanto, sua importância estratégica e simbólica permaneceu. Eles se tornaram centros administrativos e pontos de referência na ocupação. A manutenção de suas estruturas urbanas, igrejas, casas e ruas de pedra, além de suas tradições culturais e religiosas, colaborou para a preservação de uma identidade histórica goiana profundamente enraizada. Ademais, durante o século XIX, mesmo com a crise da mineração, os antigos arraiais continuaram exercendo papel relevante na configuração política da região.

Portanto, os arraiais mineradores foram mais do que espaços de extração aurífera: constituíram-se como berços da formação urbana, da diversidade cultural e da identidade da sociedade goiana. Sua importância na história de Goiás é inegável, pois foram os alicerces sobre os quais se construiu a história desse estado que tem grande relevância nacional até os dias atuais.

### **O Conceito de Decadência**

O conceito de decadência associado à mineração em Goiás refere-se ao declínio progressivo da atividade aurífera e às transformações socioeconômicas que ocorreram na região a partir da segunda metade do século XVIII. Esse fenômeno está ligado à exaustão das minas exploradas de maneira intensiva desde a descoberta do metal no início do século. Segundo Nasr Chaul (1997), nos relatos de viajantes europeus que passaram por Goiás e descreveram sua suposta decadência, esse termo se referia à lugares que já tiveram relevância comercial, mas que perderam esse status.

A economia de Goiás, que havia se estruturado em torno da mineração, sofreu um colapso à medida que as fontes superficiais se esgotaram, tornando a extração do ouro mais difícil e menos produtiva. Esse declínio da mineração resultou na redução significativa da população nas áreas mineradoras, uma vez que muitos trabalhadores e comerciantes migraram para outras regiões em busca de novas oportunidades de trabalho. O fenômeno do êxodo populacional contribuiu para o enfraquecimento dos centros urbanos formados durante o ciclo do ouro, levando ao abandono de povoados (Silva, 2020).

Esse contexto de “decadência” se reflete em diversos territórios que sofreram processos de abandono, como é o caso de Ouro Fino. O estudo das transformações espaciais e sociais nesses territórios permite colocar as consequências de um modelo econômico altamente dependente do extrativismo e suas limitações a longo prazo. Portanto, a análise do período pós-mineração em Goiás é fundamental ao contribuir para a compreensão da reorganização territorial e econômica da região após o declínio da atividade aurífera.

Contudo, em trabalhos como “Considerações sobre o conceito de decadência na produção historiográfica em Goiás: uma análise acerca da historiografia regional do novecentos” de Rogério Chaves da Silva (2020), é problematizada a visão de decadência que supostamente existiu em Goiás.

Esta visão de decadência foi construída no século XIX, por viajantes e europeus que passaram por Goiás e em seus relatos expuseram suas opiniões, inferiorizando a população goiana da época. O goiano era visto como preguiçoso, desleixado e acomodado com sua situação (Cunha Mattos, 1875 apud Silva, 2020). Dessa maneira, Silva (2020) defendeu que, para compor uma historiografia mais condizente com a realidade, fazia-se necessário considerar os pontos de vista de escritores goianos sobre o período pós-minerador, além desses relatos de viajantes sudestinos e europeus. Em seu artigo, Silva (2020) esclarece que houve, no início do século XX, o que ele chama de “Historiografia autodidata” em Goiás. Alguns indivíduos, não historiadores, se propuseram a revisar esses relatos que haviam sido construídos anteriormente, a fim de somar a eles uma “visão nativa”, ou seja, fornecer uma perspectiva diferente daquela marcada pelos preconceitos trazidos pelos homens que passavam por Goiás apenas com intenções exploratórias.

O médico Antônio Americano do Brasil e o advogado Colemar Natal e Silva, são exemplos de autores que se dedicaram a recontar a história do período pós-minerador em Goiás. Esses estudiosos tinham como um de seus objetivos a valorização de Goiás no início do século XX, mostrando ao resto da nação que o estado também poderia interpretar um papel importante na construção da identidade cultural e social brasileira. Em seus trabalhos, Americano do Brasil (1961 apud Silva, 2020) e Natal e Silva (2002 apud Silva, 2020) apoiavam, entre outros aspectos, que as reais problemáticas de Goiás nesse período eram a falta de incentivo do governo português à outras fontes econômicas e a exploração desenfreada de indivíduos de outras partes do Brasil no estado goiano. Eles tiram o foco da discussão da decadência que havia nos relatos pretéritos, e lançam luz sobre o fato de que o governo português poderia ter evitado um colapso econômico em Goiás se tivesse investido e incentivado outros empreendimentos comerciais desde o momento em que a extração do ouro se tornou onerosa. Segundo Americano do Brasil, o declínio da exploração do metal ocorreu cerca de 20 anos após o início da mineração, quando ele não era mais encontrado em superfície, fazendo com que os trabalhadores recorressem à processos menos eficientes para sua obtenção.

Em sua obra “Os Caminhos de Goiás: da Construção da decadência aos limites da modernidade” (1997), Nasr Chaul traz motivos que poderiam ter levado ao pressuposto estado de decadência, como estradas de má qualidade. Em inúmeros relatos expostos pelo autor, os viajantes protestavam sobre os problemas nos caminhos que ligavam a então Província de Goyaz ao restante do Brasil. Essa

precariedade teria sido ainda mais significativa quando, com a diminuição da coleta do ouro, os trabalhadores não somente tinham de percorrer longas distâncias, como também não possuíam retorno satisfatório. Além disso, o ócio dos goianos era citado como problema desde o período minerador até o período seguinte, da agropecuária.

Os esforços de intelectuais como Antônio Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Nasr Chaul demonstram a necessidade de revisitar a história de Goiás sob uma perspectiva que leve em consideração as vozes locais e os fatores estruturais que influenciaram o desenvolvimento regional. Dessa forma, a desconstrução da ideia de decadência permite uma perspectiva mais ampla e dinâmica da trajetória goiana, destacando sua capacidade de reorganização e continuidade histórica, em vez de um simples declínio.

Mais adiante neste trabalho, especialmente no Capítulo 3, será possível observar como as análises de autores como Antônio Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Nasr Chaul encontram respaldo empírico nas trajetórias dos arraiais mineradores goianos. Ao examinarmos comparativamente os casos de Pilar, Ferreiro e Santa Rita à luz da experiência de Ouro Fino, evidenciaremos que muitos núcleos, longe de simplesmente entrarem em colapso, passaram por processos de ajustamento, ressignificação e reorganização. Essa constatação reforça a pertinência de se revisitar criticamente o conceito de “decadência”, propondo uma leitura mais complexa, que considere a diversidade de experiências vividas pelas comunidades pós-mineradoras em Goiás.

### **Justificativa para o estudo comparativo**

A escolha por realizar um estudo comparativo entre o Arraial de Ouro Fino, o Arraial do Ferreiro, Arraial do Pilar e Arraial de Santa Rita, que estão localizados em um raio de até 70Km da Cidade de Goiás, é justificado pela necessidade de investigar, de forma mais ampla e contextualizada, os processos de despovoamento, transformação e/ou abandono que afetaram os núcleos mineradores da região após o declínio da atividade aurífera nos séculos XVIII e XIX.

Ouro Fino, como foco principal desta pesquisa, apresenta um conjunto de evidências arqueológicas e históricas que sugerem uma trajetória de enfraquecimento progressivo ao longo do século XIX, culminando em sua total desocupação. No entanto, analisar essa trajetória de forma isolada limitaria as possibilidades de análise interpretativas. Ao contrastar seu caso com o de outros arraiais próximos, como o

Arraial do Ferreiro, Arraial do Pilar e Arraial de Santa Rita, que também sofreram impactos diretos com o esgotamento das minas e a reconfiguração do território goiano, pretende-se investigar até que ponto existiram padrões recorrentes ou processos únicos nessas experiências.

A comparação entre esses arraiais permite identificar elementos comuns, como o impacto econômico, a migração populacional, a mudança na função social dos espaços e a resistência ou reconfiguração das populações locais frente às transformações estruturais. Ao mesmo tempo, possibilita observar diferenciações quanto à permanência ou desaparecimento desses espaços, suas articulações com as redes regionais de poder e economia, bem como os significados atribuídos à sua memória nas fontes historiográficas.

Esse enfoque comparativo, portanto, não apenas amplia o escopo da análise, como também colabora para uma crítica mais refinada ao conceito historiográfico de “decadência” aplicado a esses espaços. Através da arqueologia e da historiografia, busca-se produzir uma leitura mais complexa das transformações ocorridas no período pós-aurífero, que vá além da ideia de colapso súbito ou absoluto, incorporando aspectos sociais, simbólicos e territoriais que marcaram a história desses arraiais.

Desse modo, a comparação se configura como uma ferramenta interpretativa essencial para observar a diversidade das experiências vividas por esses assentamentos e contribuir para o debate acadêmico sobre os modos de ocupação, transformação e abandono no interior do Brasil.

### **Pergunta de Pesquisa**

"Como as dinâmicas de despovoamento do Arraial de Ouro Fino se comparam às de outros arraiais goianos periféricos à Cidade de Goiás (séculos XVIII-XIX), e de que modo a materialidade arqueológica proveniente das escavações nas ruínas do Arraial de Ouro Fino e a historiografia regional nos dão subsídios para reinterpretar o conceito de 'decadência'?"

Essa pergunta busca orientar a análise das transformações socioeconômicas e políticas que afetaram o Arraial de Ouro Fino ao longo do tempo, com ênfase nos fatores que levaram ao seu despovoamento e posterior abandono. Ao propor uma comparação com outros arraiais periféricos à antiga capital de Goiás, pretende-se identificar padrões regionais e dinâmicas específicas que possam ser melhor

investigadas por meio da relação entre os vestígios materiais, a documentação histórica e as narrativas historiográficas.

A questão também visa problematizar o uso tradicional do termo “decadência” na historiografia local, investigando até que ponto essa categoria é adequada ou precisa ser revista à luz das evidências arqueológicas. Assim, a pergunta de pesquisa cumpre um papel duplo: organizar a investigação e contribuir para a crítica conceitual dentro dos estudos arqueológicos e históricos sobre o interior colonial brasileiro.

### **Objetivos**

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as continuidades e descontinuidades nos processos de despovoamento dos arraiais goianos, tomando como base tanto os vestígios arqueológicos quanto os registros historiográficos. A partir dessa diretriz, propõe-se uma investigação que vá além da leitura linear da decadência econômica e demográfica, buscando compreender como diferentes fatores, materiais, simbólicos e sociais, interagiram no processo de transformação desses núcleos urbanos pós-mineradores. Para isso, foram definidos três objetivos específicos que orientam o desenvolvimento da pesquisa. O primeiro é identificar padrões materiais de despovoamento no Arraial de Ouro Fino, a partir da análise de relatórios de escavação e da interpretação dos vestígios associados à ocupação, abandono e reconfiguração dos espaços domésticos e públicos. Em seguida, pretende-se realizar uma comparação entre o caso de Ouro Fino e outros três arraiais goianos, sendo eles Ferreiro, Santa Rita e Pilar, com o intuito de observar semelhanças e particularidades nos processos de declínio e reorganização desses núcleos. Por fim, busca-se avaliar de forma crítica como a historiografia regional construiu e utilizou o conceito de “decadência”, considerando a possibilidade de reinterpretar esse termo à luz das evidências empíricas e da perspectiva das populações locais, frequentemente silenciadas nos relatos tradicionais.

### **Metodologia**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e comparativa, com base na análise integrada de fontes arqueológicas e historiográficas. As fontes utilizadas incluem os relatórios técnicos de escavação e monitoramento arqueológico realizados no sítio do Arraial de Ouro Fino, os quais fornecem dados sobre estruturas remanescentes e padrões de distribuição de artefatos. Estes dados serão analisados

por meio de uma análise descritiva, com base nos métodos apresentados por Renfrew e Bahn (2020), visando compreender os elementos materiais que indicam processos de ocupação, esvaziamento ou reconfiguração do espaço. Os métodos propostos por Renfrew e Bahn (2020) são fundamentais para uma abordagem sistemática na Arqueologia, especialmente no que diz respeito à escavação, ao registro e à análise dos vestígios materiais. Os autores destacam a importância da escavação estratigráfica como base para a compreensão da cronologia relativa dos contextos arqueológicos, valorizando o conceito de "contexto primário", isto é, o local original de uso ou descarte de um artefato. Além disso, enfatizam o rigor no registro detalhado das camadas, unidades e associações de objetos, por meio de desenhos, fotografias, diários de campo e fichas padronizadas. Tais procedimentos visam garantir a integridade das informações contextuais, possibilitando interpretações mais precisas sobre o uso dos espaços e a organização social das comunidades estudadas.

Outro ponto central na metodologia de Renfrew e Bahn é o uso de análises interdisciplinares aplicadas à cultura material, como a classificação tipológica, a análise funcional e, quando possível, a quantificação estatística dos dados. Esses métodos permitem identificar padrões de distribuição espacial, frequência de tipos cerâmicos e práticas de descarte, fornecendo indicadores sobre o comportamento dos grupos humanos. Para os autores, a arqueologia não se limita à coleta de objetos, mas à compreensão das ações humanas por meio da leitura crítica dos vestígios. No contexto do presente trabalho, os princípios metodológicos de Renfrew e Bahn orientaram a análise das camadas arqueológicas escavadas em Ouro Fino, especialmente na interpretação das lixeiras domésticas e dos padrões de ocupação, que revelaram dinâmicas complexas de transformação social no período pós-minerador.

Além disso, será realizada uma análise comparativa entre os processos observados em Ouro Fino e aqueles descritos em estudos sobre outros arraiais goianos próximos a ele, sendo eles o Arraial do Ferreiro, Arraial do Pilar e Arraial de Santa Rita. Esta etapa visa identificar padrões regionais ou particularidades locais nos processos de declínio e abandono pós-auríferos.

Ademais, esta pesquisa adota como referencial teórico-metodológico a Arqueologia da Mineração, subcampo da arqueologia histórica que se dedica ao estudo das práticas mineradoras, seus impactos sociais e ambientais, e das paisagens culturais formadas a partir da exploração de minérios. A abordagem será centrada nas dimensões Material e Populacional propostas por Hardesty (1988), que

orientam a análise tanto dos vestígios físicos associados à mineração, como estruturas, ferramentas e objetos do cotidiano, quanto das transformações sociais resultantes dessa atividade, como a formação de comunidades, redes de circulação e os efeitos do declínio produtivo. Essa perspectiva possibilita investigar o arraial de Ouro Fino não apenas como um espaço físico, mas como uma paisagem construída por práticas técnicas, relações sociais e dinâmicas econômicas específicas, fundamentais para a análise dos processos de ocupação e esvaziamento investigados neste trabalho.

Por fim, será conduzida uma crítica historiográfica com foco na forma como diferentes autores interpretam e empregam o conceito de "decadência" na descrição desses arraiais. Esta etapa buscará problematizar o uso do termo e refletir sobre suas limitações ou potencialidades interpretativas, especialmente quando confrontado com os dados arqueológicos.

A articulação entre fontes materiais e textuais permite, portanto, investigar de forma crítica as transformações vividas pelos arraiais goianos no período pós-minerador. Nesse sentido, o capítulo seguinte será dedicado à análise do Arraial de Ouro Fino como estudo de caso central desta pesquisa, por meio da leitura arqueológica de suas ruínas e de sua paisagem histórica. A investigação empírica sobre Ouro Fino contribuirá para tensionar o conceito de "decadência", oferecendo elementos concretos para a reflexão proposta neste trabalho.

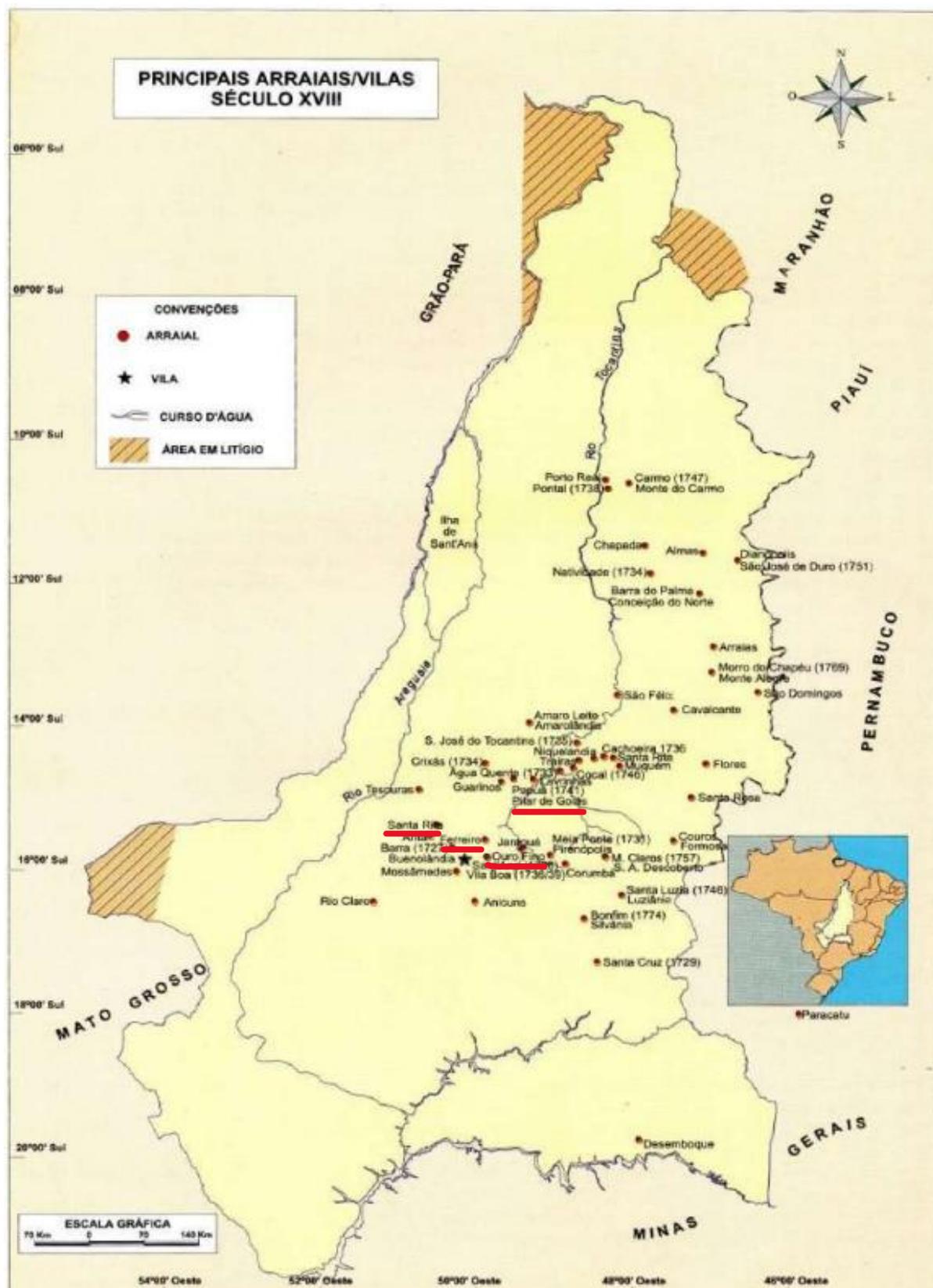
## **1. CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE "DECADÊNCIA" NA HISTORIOGRAFIA E NA ARQUEOLOGIA**

A análise das sociedades pós-mineradoras em Goiás, especialmente no caso do Arraial de Ouro Fino, requer uma abordagem crítica que vá além das interpretações tradicionais baseadas em ideias de colapso e abandono. Para isso, é imprescindível discutir o conceito de “decadência”, amplamente utilizado por viajantes, cronistas e historiadores para descrever os núcleos mineradores após o esgotamento do ouro. Este capítulo tem como objetivo examinar a origem e os desdobramentos desse conceito, identificando como ele foi empregado na historiografia regional e como tem sido problematizado por abordagens arqueológicas contemporâneas.

Inicialmente, será traçado um panorama da produção historiográfica clássica que consolidou a imagem de decadência associada ao interior goiano, revelando as influências externas e os preconceitos que moldaram essa narrativa. Em seguida, são discutidas as contribuições da arqueologia histórica, especialmente no Brasil e nos Estados Unidos, que passaram a reinterpretar os processos de transformação sociocultural e econômica a partir da análise da cultura material. Assim, este capítulo fornece os fundamentos conceituais para a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes. Ao questionar a validade do termo “decadência” como categoria explicativa, abre-se espaço para abordagens mais complexas e inclusivas, que reconhecem a diversidade das experiências vividas pelas populações locais e valorizam os indícios materiais como chave para reinterpretar o passado.

Além disso, serão apresentadas figuras importantes para a compreensão do contexto. Primeiramente, por exemplo, têm-se um mapa que mostra os principais arraiais de Goiás no século XVIII, sublinhados em vermelho (Mapa 1), que permite uma melhor visualização e compreensão de distâncias e localização dos arraiais que estão sendo trabalhados.

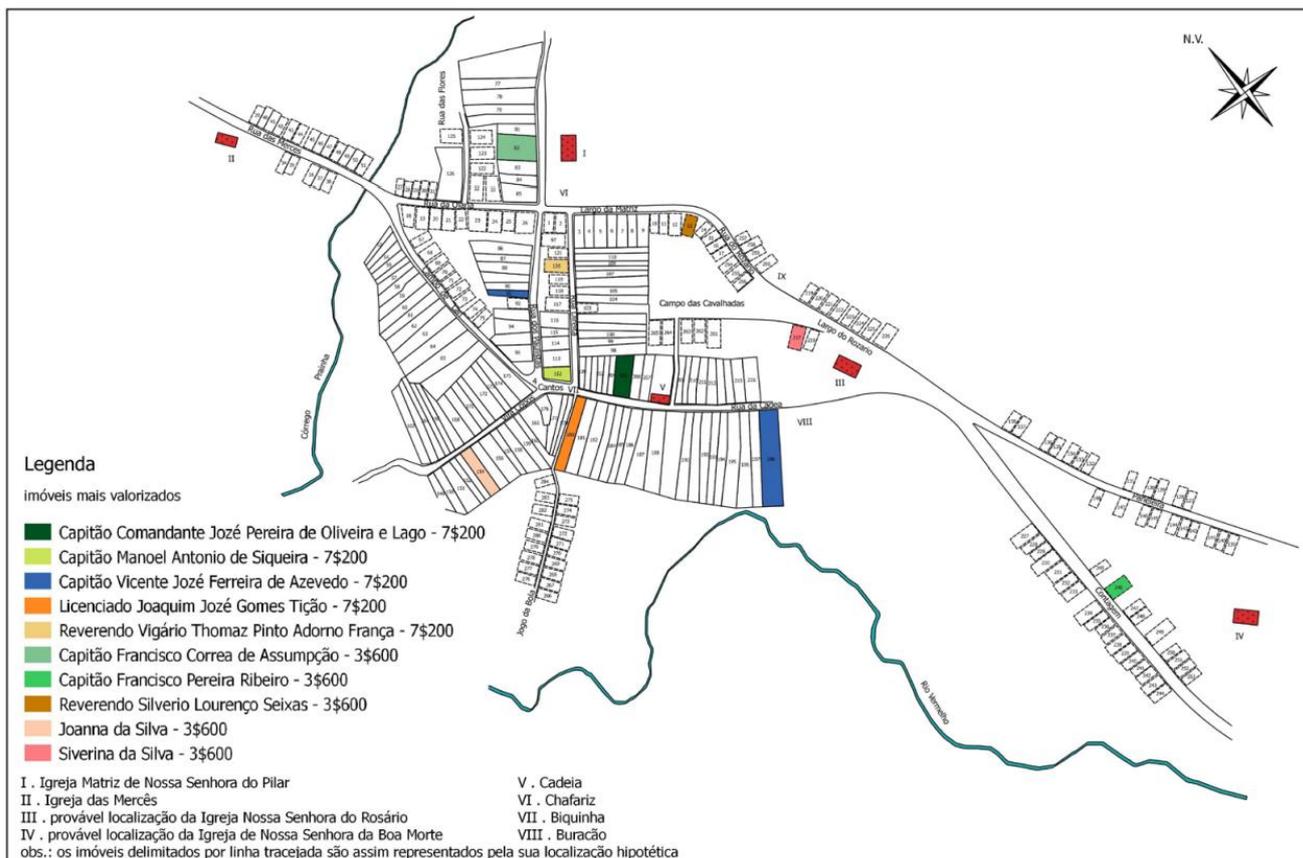
## 1.1. A historiografia tradicional sobre os arraiais goianos



Iniciaremos essa discussão pela contextualização sobre os outros três arraiais goianos escolhidos para a comparação com o Arraial de Ouro Fino. O Arraial do Pilar, situado na região noroeste do estado de Goiás, destaca-se como um dos mais emblemáticos núcleos mineradores da Capitania de Goiás durante o ciclo do ouro (Chaul, 1997). Localizado às margens do Rio Vermelho, o arraial se desenvolveu em torno de minas de ouro bastante produtivas, fato que motivou a sua formação no início do século XVIII. Sua posição era estratégica, próxima de outros importantes arraiais e caminhos coloniais, facilitando a circulação de pessoas, mercadorias e, principalmente, da produção aurífera, garantindo a sua inserção no complexo sistema econômico de mineração goiana. Pode-se perceber como o arraial era povoado e organizado espacialmente através de mapas que mostram as principais ruas e localização de espaços importantes, como igrejas, por exemplo (Mapa 2).

A formação do Arraial do Pilar está diretamente vinculada ao processo de expansão bandeirante pelo interior do Brasil. Assim como outras localidades mineradoras da região, o Pilar surgiu como um núcleo espontâneo de ocupação, com caráter provisório a princípio, que logo adquiriu estabilidade em função da riqueza mineral encontrada (Palacín, 2002). Chaul (1997) defende que a atividade mineradora, embora tenha sido responsável pelo surgimento do Arraial do Pilar, não sustentou a economia local por muito tempo, gerando ciclos de “decadência” e abandono.

O arraial também apresenta relevância histórica no contexto sociopolítico de Goiás. O local viveu momentos de prosperidade e crises, típicos dos ciclos mineradores. Sua importância estratégica fez com que, em diversas ocasiões, autoridades interviessem para manter a ordem e regulamentar a exploração mineral. Com o declínio progressivo da mineração ao longo do séc. XIX, o Pilar, assim como outros arraiais goianos, enfrentou um processo de esvaziamento populacional e estagnação econômica. A economia do Pilar, após o declínio da produção do ouro, passou a se apoiar na atividade da agricultura e criação de gado, atividades que, segundo Souza (2000), garantiram a diversos arraiais goianos uma certa resiliência econômica.



Mapa 2: Mapa de Pilar dos imóveis mais valorizados em 1816 (sem escala). (Mapa hipotético elaborado com base no Lançamento da Décima e Receita de Pilar. Fonte: Muban – Caixa 20, Pasta 1.1.4. apud Nádia Moura, 2021)

No entanto, segundo registros do IPHAN, com as novas atividades econômicas, o arraial do Pilar foi deixado isolado, focando na subsistência da população local e não no comércio entre arraiais. Isso fez com que seu patrimônio material e imaterial fosse muito bem conservado, sendo atualmente ainda existente e tombado. Atualmente, o município chamado de Pilar de Goiás, o arraial é reconhecido como um patrimônio cultural de Goiás, sendo objeto de estudos arqueológicos e históricos que buscam resgatar e valorizar sua trajetória.

O Arraial do Ferreiro, situado a aproximadamente 6,0Km a nordeste da cidade de Goiás, era o arraial mais próximo de Ouro Fino, localizado a cerca de 10Km. Possui origem também ligada ao ciclo do ouro na primeira metade do século XVIII. Seu surgimento foi motivado pela exploração aurífera nos rios e córregos da região, especialmente próximo ao Rio Vermelho, em uma posição que favorecia o transporte pela Estrada do Nascente, rota importante entre Vila Boa (atual Goiás), Rio de Janeiro e São Paulo (Mattos, 1874; Corrêa, 2021).

Segundo Cunha Mattos (1874), o arraial estava assentado em terreno montanhoso e, apesar de inicialmente próspero, com o passar do tempo começou a

apresentar sinais de esgotamento, principalmente após o declínio das minas e a degradação das vias de acesso, como as pontes sobre os rios Uru e Almas, que foram destruídas por enchentes.

A estrutura inicial do Ferreiro era robusta para os padrões dos arraiais mineradores. Dados de 1824 relatam a existência de 105 casas e uma igreja dedicada a São João Batista (Figura 1), o que demonstra uma ocupação significativa (Mattos, 1874). Essa igreja, construída em 1761, permanece até hoje como o principal vestígio material do antigo núcleo urbano, destacando-se pela sua importância patrimonial e tendo sido tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1953 (Morais, 2015; Stacciarini, 2006).



Figura 1: Igreja de São João Batista do Ferreiro em 1959. (Fonte: Bento Fleury, 2020 apud Correa, 2021.)

A economia do Arraial do Ferreiro, como a de outros arraiais goianos, foi inicialmente centrada na mineração, mas também incluía atividades paralelas, como a produção de cachaça e rapadura, apesar dessas práticas serem formalmente proibidas (Coelho, 2001). Com o declínio da mineração, os habitantes remanescentes passaram a se dedicar à agropecuária de subsistência (Funes, 1986), caracterizando uma transição típica das comunidades mineradoras da região.

O processo de despovoamento do arraial não deve ser interpretado apenas como um colapso econômico, mas também como parte de um processo mais amplo de transformação social e espacial em Goiás.

Atualmente, o Arraial do Ferreiro sobrevive como um espaço patrimonial e arqueológico, com esforços contínuos para a preservação de sua memória e materialidade. A igreja de São João Batista continua a ser restaurada periodicamente, enquanto a maior parte das habitações e demais estruturas urbanas do arraial desapareceram, restando apenas registros arqueológicos e documentais que mantêm viva a história deste importante núcleo minerador (Corrêa, 2021).

O Arraial de Santa Rita, fundado em 1729, foi um dos importantes núcleos mineradores da Capitania de Goiás durante o ciclo aurífero do século XVIII. Localizado em terreno plano, a aproximadamente 2Km do rio Peixe Pequeno, que deságua no rio Peixe Grande, este arraial possuía uma posição estratégica que permitia o comércio, utilizando rotas fluviais que escoavam a produção mineral e agrícola da região (Mattos, 1874).

A economia local era sustentada basicamente pela mineração, ainda que em menor escala quando comparada a outros núcleos como Pilar e Ferreiro. Com o passar do tempo, e diante do esgotamento progressivo das jazidas de ouro, os habitantes remanescentes voltaram-se para atividades complementares, como a pesca e a agricultura de subsistência, conforme relatado por Cunha Mattos (1874), que destacou a presença de 65 casas e uma ermida em mau estado, refletindo as dificuldades enfrentadas pela comunidade.

O arraial integrava uma freguesia conjunta com o Arraial de Anta, contando com companhias de ordenanças que demonstram sua relevância no contexto militar e administrativo da região. Além disso, destacava-se por sua ligação direta com as rotas comerciais do porto da Matrinchã, a cerca de 28Km de distância, consolidando-se como ponto estratégico de escoamento para o comércio interprovincial (Mattos, 1874).

Do ponto de vista patrimonial, o arraial apresentava uma configuração modesta, composta predominantemente por casas humildes e uma capela dedicada a Santa Rita, que, apesar das adversidades, servia como espaço de congregação e resistência cultural. A decadência do arraial, entretanto, foi precoce, motivada pela redução das atividades mineradoras e pelo isolamento econômico, um cenário comum a diversos núcleos mineradores goianos após o auge do ciclo do ouro (Chaul, 2012).

Em termos geográficos, o arraial estava situado a aproximadamente 14Km ao norte do Arraial de Anta, em uma região marcada por formações naturais significativas, como a “grande abóbada” descrita por Mattos (1874), que era parte da estrada para o porto do rio Vermelho, uma via de escoamento essencial para a economia regional.

Hoje, o Arraial de Santa Rita permanece como uma lembrança das complexas dinâmicas sociais e econômicas que marcaram a história de Goiás no período colonial, sendo um símbolo das transformações ocorridas com o declínio da mineração e a reorganização das populações locais às novas realidades socioeconômicas.

As pesquisas arqueológicas realizadas em antigos arraiais mineiros goianos revelam um expressivo conjunto de vestígios materiais e simbólicos associados ao ciclo do ouro do século XVIII. No Arraial do Ferreiro, localizado no município de Goiás, destaca-se a presença da Igreja de São João Batista e de um antigo cemitério colonial, evidências materiais da ocupação mineradora. O sítio é atualmente habitado pelos moradores do Projeto de Assentamento Serra Dourada, cujas práticas cotidianas, festas religiosas e vínculos com a terra reforçam a permanência e ressignificação do patrimônio cultural do local. As narrativas locais, associadas à pesquisa etnográfica, indicam o valor simbólico e material dos remanescentes do período colonial, especialmente no que se refere à manutenção da igreja como marco identitário e espiritual da comunidade (Morais, 2015).

O Arraial de Santa Rita, embora menos explorado por escavações sistemáticas, integra o circuito minerador tradicional da capitania goiana. A cultura material coletada em pesquisas relacionadas, como faianças, utensílios cerâmicos e estruturas habitacionais, sugere padrões de diferenciação social, relações de gênero e práticas de resistência escrava, embora os dados específicos de Santa Rita ainda careçam de maior aprofundamento arqueológico (Souza, 2000).

No Arraial do Pilar, as escavações conduzidas no contexto da Arqueologia Preventiva, por ocasião da instalação de uma mineradora industrial, permitiram identificar tanto vestígios de ocupações indígenas anteriores quanto evidências de intensa atividade mineradora colonial. Segundo Moraes Wichers, Lussim e Dionizio (2015), foram encontrados artefatos cerâmicos, estruturas arquitetônicas setecentistas e registros documentais que demonstram o entrelaçamento das histórias de africanos escravizados, indígenas e colonos no espaço urbano. O arraial teve sua origem no Quilombo de Papuã, formado por africanos que encontraram ouro antes da

chegada do aparato colonial em 1741, sendo posteriormente transformado em núcleo urbano minerador. Além disso, edificações como a Casa Setecentista representam importantes testemunhos da arquitetura e do modo de vida da época. A análise da ocupação urbana a partir da Décima Urbana e de outras fontes históricas permite também visualizar os impactos da decadência aurífera no século XIX, bem como as transformações sociais e econômicas subsequentes (Moura, 2021).

Esses três arraiais, cada um com sua trajetória e especificidades, compõem um rico panorama da arqueologia histórica de Goiás, demonstrando como o patrimônio material e imaterial desses núcleos revela formas diversas de apropriação do espaço, resistência cultural e transformação ao longo do tempo.

É importante lançar luz sobre como os autores clássicos da historiografia abordaram o período pós-minerador em Goiás, com o intuito de conhecer qual era a visão propagada, problematizá-la e trazer a ela novas perspectivas. Em seu livro “Formação Econômica de Goiás” (1978), Paulo Bertran traça um panorama histórico que busca compreender a constituição e a dinâmica da economia goiana desde o período colonial até o século XX. Trata-se de uma abordagem marcada por uma estrutura em que o autor identifica fases recorrentes de ascensão e crise de distintas atividades econômicas, sendo o ciclo do ouro apontado como o ponto inicial da formação econômica e social do território goiano. A partir desse marco, Bertran constrói uma narrativa na qual o declínio da mineração marca uma crise profunda na história de Goiás, estabelecendo o conceito de “decadência” como central para interpretar o período pós-minerador.

O autor argumenta que, com o esgotamento das jazidas auríferas e a queda na produção de ouro, os núcleos urbanos estruturados em torno da mineração, como diversos arraiais, entraram em colapso. Essa crise teria resultado em perda de estabilidade econômica, redução na população e uma espécie de isolamento político e comercial em relação aos centros mais integrados do Brasil. Bertran reforça a noção de que, após um breve período de grande importância econômica e estratégica, Goiás tornou-se uma região “esquecida” e “estagnada” por décadas, até ser incorporada a novas dinâmicas a partir do século XX.

Ao adotar essa perspectiva, Bertran (1978) contribuiu para consolidar uma visão clássica da historiografia regional goiana, centrada em rupturas bruscas entre ciclos e na ideia de declínio profundo das estruturas sociais e econômicas após o fim da mineração. Essa visão, embora importante como marco interpretativo, pode ser problematizada à luz de novas abordagens historiográficas e arqueológicas que

propõem leituras mais complexas e menos lineares. Tais abordagens buscam evidenciar que os arraiais, mesmo com a perda de sua principal atividade econômica, passaram por processos de reconfiguração territorial e social que não se encaixam plenamente no conceito de decadência pura e simples.

Outro autor de destaque na historiografia goiana clássica é Luiz Palacín. Em sua obra “História de Goiás” (1976), ele oferece sua perspectiva sobre os efeitos do declínio da mineração na capitania de Goiás, descrevendo o período pós-aurífero como uma fase marcada por crises socioeconômicas e culturais. Segundo o autor, o fim da mineração ocasionou uma diminuição considerável na vida urbana e comercial da região, levando ao que ele, assim como tantos outros autores do período, chama de “decadência”.

Palacín (1976) identifica três manifestações principais dessa decadência, sendo a primeira delas a ruralização. Com o esgotamento das minas, muitos habitantes migraram dos antigos núcleos urbanos para o meio rural, reorganizando suas vidas em torno de uma economia de subsistência e de baixa produtividade.

A segunda manifestação é o que o autor denomina de “crise do trabalho”. Palacín (1976) defende que, nesse novo contexto, surgiu um desprezo pelo trabalho manual em meio a sociedade goiana, herança direta do sistema escravagista, no qual o trabalho braçal era associado à inferioridade. Assim, a população passou a rejeitar esse tipo de ocupação, o que dificultou a recuperação econômica e a diversificação produtiva da região. Essa valorização da ociosidade, segundo o autor, tornou-se um traço cultural da sociedade goiana naquele momento, agravando ainda mais o processo de “decadência”.

A terceira característica apontada por Palacín (1976) é o “derrotismo moral”, um sentimento coletivo de fracasso que teria se instalado nas camadas populares e nas elites locais. Essa mentalidade, marcada pela ideia de que Goiás havia sido esquecido pelo restante do país, teria contribuído para a passividade dos habitantes diante das dificuldades.

Entretanto, em seu livro “Os Caminhos de Goiás: da Construção da decadência aos limites da modernidade” (1997), Nasr Chaul inicia a discussão de que, o que foi descrito pelos viajantes e autores como decadência era, na verdade, um período de transição em que grupos de trabalhadores, tanto das minas quanto das novas atividades econômicas, estavam se deslocando para continuarem seus ofícios. Além disso, ele traz uma questão importante sobre os registros que tratam de Goiás nesse período:

Historicamente, tudo indica que nascemos de fato em 1722, para ficarmos órfãos de nós mesmos. Esse buraco negro do nosso passado pré-aurífero é apenas lembrado, tangenciado pela produção acadêmica, relegado ao rol do desinteresse. Tudo começa com o ouro. Pior: tudo acaba também com o ouro. (Nasr N. Fayad Chaul, 1997, p. 19)

Com sua fala, Chaul (1997) questiona a forma como os registros históricos descreveram Goiás, frequentemente associando sua população a estereótipos negativos e simplificadores e resumindo a história antes da modernidade ao ouro e à mineração. Com isso, conclui-se que a análise da ideia de decadência na historiografia de Goiás revela que essa noção foi construída com base em relatos de viajantes estrangeiros e cronistas do século XIX, os quais interpretaram as transformações socioeconômicas da região a partir de um viés externo e, muitas vezes, preconceituoso, sendo, portanto, uma visão extremamente limitada. A pesquisa demonstra que, longe de representar uma situação de decadência, o período pós-mineração foi um momento de reconfiguração econômica e social, no qual atividades como a agropecuária passaram a desempenhar um papel central na estrutura produtiva local, o que foi totalmente ignorado pelos escritores de historiografia clássica, ou pelo menos, pelos que mais obtiveram êxito em disseminar suas visões.

## **1.2. O conceito de decadência em arqueologia histórica**

A materialidade constitui uma ferramenta essencial para a investigação dos processos históricos, especialmente em contextos marcados por transições econômicas e sociais profundas, como o que ocorreu em Goiás após o declínio da atividade mineradora. Longe de servir apenas como testemunho de uma “decadência” ou abandono, os vestígios materiais podem revelar dinâmicas de reconfiguração, reconfiguração do espaço, ressignificação de estruturas e permanência de formas de vida ajustadas a novas realidades. Ao invés de interpretar as ruínas e o declínio material como sinais de colapso, a análise cuidadosa dos artefatos, das arquiteturas remanescentes e da organização espacial permite identificar estratégias de

subsistência e transformação empregadas pelas populações que continuaram habitando ou utilizando esses territórios.

Em antigas áreas mineradoras como o Arraial de Ouro Fino, a continuidade de práticas cotidianas, mesmo com recursos escassos, pode ser percebida por meio de objetos reutilizados, habitações adaptadas, construções com materiais locais e vestígios de agricultura de subsistência. Essas evidências sugerem que, mesmo diante da perda de sua principal atividade econômica, os moradores criaram formas alternativas de sustento, mantiveram relações sociais e, em alguns casos, integraram-se a novas redes comerciais e produtivas. Assim, a arqueologia oferece meios para olhar para o pós-mineração não como uma ruptura absoluta, mas como um período de reorganização das estruturas materiais e simbólicas da vida social.

Além disso, a arqueologia crítica propõe uma superação da narrativa tradicional de “decadência” que predomina na historiografia regional. A análise da cultura material permite perceber que o que muitas vezes foi interpretado como abandono pode, na verdade, indicar deslocamentos populacionais, novas formas de uso do território ou mudanças no padrão de consumo (Costa, 2012). A presença de objetos cerâmicos reaproveitados ou estruturas reconstruídas em materiais mais acessíveis, são indicativos de que há uma continuidade, ainda que transformada, da vida social.

Portanto, a materialidade arqueológica não apenas pode confirmar dados históricos sobre o declínio da mineração, como também revelar aspectos invisibilizados pelas fontes escritas: resistências, ajustes e reinvenções culturais. Ao destacar essas transformações, a arqueologia contribui para uma interpretação mais complexa do passado, em que o conceito de “decadência” deve ser relativizado e reinterpretado à luz das evidências científicas. A paisagem modificada, os objetos reutilizados e as técnicas presentes no registro material apontam para uma história marcada tanto por perdas quanto por continuidades e reconfigurações, o que enriquece a narrativa das trajetórias dos arraiais goianos.

### **1.3. Exemplos de estudos arqueológicos que reinterpretaram "decadência"**

A interpretação tradicional de "decadência" em contextos arqueológicos tem sido amplamente revisitada por estudiosos que propõem novas perspectivas sobre os processos de transformação e reorganização das sociedades ao longo do tempo. Trabalhos como "Arqueologia Brasileira" de André Prous (1992), "The Historical Archaeology of Virginia From Initial Settlement to the Present", por Clarence R. Geier

(2017), e "O Passado no Presente: a importância da Educação Patrimonial e do Arqueoturismo para a preservação do patrimônio arqueológico da Estrada Real" de Patrícia Palma Santos (2015), exemplificam essa revisão crítica, desafiando visões pré-estabelecidas e oferecendo interpretações alternativas fundamentadas em evidências arqueológicas.

Em "Arqueologia Brasileira" (1992), André Prous apresenta uma análise abrangente das culturas pré-coloniais do Brasil, destacando a complexidade e diversidade das ocupações humanas no território. Prous argumenta que o período da história profunda brasileira merece reconhecimento por sua importância no contexto mundial da arqueologia, contrariando a visão de que as culturas indígenas teriam passado por um processo de degeneração ou decadência após o contato com colonizadores europeus. Ele enfatiza que as sociedades indígenas demonstraram resiliência e capacidade de ajustes, refletindo processos contínuos de transformação cultural. Outro exemplo de obra que problematiza a decadência é coletânea organizada por Clarence R. Geier (2017), que oferece uma visão abrangente da arqueologia histórica da Virgínia, nos EUA, desde os primeiros assentamentos até o presente. Os capítulos, escritos por arqueólogos abordam questões significativas da história da Virgínia e como a disciplina da arqueologia histórica as tem tratado. Essa obra desafia a narrativa de decadência ao evidenciar a continuidade e reconfiguração das comunidades ao longo dos séculos, ressaltando a importância de ver as transformações culturais e sociais como processos dinâmicos e não lineares.

Já na dissertação de mestrado, "O Passado no Presente: a importância da Educação Patrimonial e do Arqueoturismo para a preservação do patrimônio arqueológico da Estrada Real" (2015), de Patrícia Palma Santos, a autora analisa as realidades locais do entorno de dois sítios arqueológicos em Andrelândia e São João del-Rei, em Minas Gerais. Santos argumenta que a interpretação do patrimônio deve ir além da visão de decadência que é normalmente adotada pela maioria dos estudiosos ao notarem quebras de padrões comerciais ou econômicos, promovendo uma compreensão que enfatize a continuidade e a relevância cultural dos sítios arqueológicos. Ela destaca a importância da educação patrimonial na valorização e preservação do patrimônio arqueológico, contribuindo para a desconstrução de narrativas que associam mudanças culturais a processos de declínio.

As obras mencionadas exemplificam uma tendência na arqueologia contemporânea de revisar e reinterpretar o conceito de decadência, desafiando visões pré-estabelecidas que associam mudanças culturais a processos de declínio. Ao

ênfatisar a complexidade, resiliência e capacidade adaptativa das sociedades humanas, esses estudos promovem uma investigação mais livre e dinâmica da história, reconhecendo as transformações culturais como parte integrante da experiência humana.

## **2. CAPÍTULO 2: ARRAIAL DE OURO FINO – EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS DA "DECADÊNCIA"**

Após a revisão crítica do conceito de “decadência”, este capítulo volta-se à análise do Arraial de Ouro Fino, caso central desta pesquisa, com base nas evidências arqueológicas já levantadas no local. Situado a cerca de 18 quilômetros da atual cidade de Goiás, o arraial apresenta um conjunto expressivo de vestígios materiais que refletem sua trajetória desde a formação, no contexto do ciclo do ouro, até seu progressivo esvaziamento. Ao investigar as estruturas remanescentes, os padrões construtivos e os artefatos recuperados nas escavações, busca-se compreender como os processos de transformação territorial, simbólica e social foram inscritos na paisagem material do sítio.

A abordagem adotada neste capítulo é orientada pela Arqueologia da Mineração, com ênfase nas dimensões material e populacional propostas por autores como Hardesty (1988) e Costa (2012). São analisados elementos como ruínas da igreja, sepultamentos, fragmentos cerâmicos e objetos pessoais, entre eles contas de colar feitas de marfim, que indicam a presença de africanos escravizados e revelam aspectos da estrutura social e religiosa do arraial. Ao mesmo tempo, discute-se a complexidade das evidências, levando em consideração as limitações metodológicas das escavações realizadas até o momento e as potencialidades interpretativas que surgem a partir delas.

Dessa forma, o capítulo propõe uma leitura crítica da materialidade arqueológica de Ouro Fino, destacando os indícios de continuidade, adaptação e ressignificação do espaço, mesmo após o declínio da mineração. As práticas cotidianas, a reutilização de estruturas e a persistência de atividades simbólicas demonstram que o fim da mineração não significou necessariamente o fim da comunidade. Ao contrário, os vestígios sugerem uma paisagem dinâmica, construída por sujeitos que buscaram alternativas diante da crise aurífera, revelando a inadequação do termo “decadência” quando aplicado de forma generalizada.

### **2.1. Contextualização do Arraial do Ouro Fino**

A partir da fundamentação teórica e conceitual discutida anteriormente, torna-se possível aplicar essas reflexões ao estudo de um caso específico, que constitui o objeto principal. O Arraial de Ouro Fino, localizado a aproximadamente 18 quilômetros a leste da cidade de Goiás, configura-se como um sítio arqueológico de grande relevância para compreender como os processos de transformação territorial, simbólica e social se manifestaram materialmente após o ciclo do ouro. Por meio da arqueologia da mineração e da análise da cultura material, este capítulo busca revelar as camadas da experiência pós-mineradora que desafiam a ideia simplista de decadência.

Situado nas proximidades da Serra Dourada, o arraial surgiu no contexto do ciclo do ouro, integrando uma rede de núcleos mineradores que passaram a existir a partir das descobertas auríferas feitas por bandeirantes paulistas, como Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, na década de 1720 (Relatório de Monitoramento Arqueológico, 2023). Este processo marcou o início da colonização efetiva da região, impulsionada pelos interesses econômicos da Coroa portuguesa na exploração do ouro.

A ocupação de Ouro Fino consolidou-se com a criação de uma infraestrutura urbana voltada ao suporte da atividade mineradora, composta por edificações religiosas, residenciais e áreas de beneficiamento do minério. O sítio arqueológico preserva fragmentos dessas construções até os dias atuais, como as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar (Figura 2), o cemitério anexo, partes do seminário diocesano de Santa Cruz (Figura 3) e vestígios de edificações em taipa de pilão (Ludovico, 2009). Esses elementos arquitetônicos estão distribuídos em um espaço retangular de aproximadamente 600 metros de comprimento por 200 metros de largura, delimitado pelo córrego Praia ao leste e por extensas áreas de lavrado ao oeste, que correspondiam às zonas de mineração (Ludovico, 2009).



Figura 2: Foto da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino. (Fonte: Laura Ludovico, 2009.)



Figura 3: Foto do Seminário de Férias de Santa Cruz em Ouro Fino – (Fonte: Bretas, 1991, p. 531).

O antigo largo da igreja, marcado ainda pela presença de um cruzeiro, constitui um dos principais pontos de referência na paisagem atual, remanescente da antiga organização espacial do arraial. Atrás do cruzeiro, encontram-se fragmentos das paredes da igreja em taipa de pilão, indicando as técnicas construtivas empregadas na época. Nas proximidades, localizam-se algumas lápides e a base de outro cruzeiro,

sugerindo a existência de práticas funerárias ligadas à igreja (Ludovico, 2009). Embora as ruínas visíveis sejam poucas, o subsolo da área preserva uma quantidade expressiva de vestígios arqueológicos que contribuem para a reconstituição da ocupação e uso do espaço.

As investigações arqueológicas realizadas no sítio documentaram uma série de evidências materiais, incluindo fragmentos cerâmicos, louça, vidro e metais, além de alicerces de edificações, pisos internos e estruturas associadas a sepultamentos (Relatório de Monitoramento Arqueológico, 2023). O mapeamento arqueológico identificou diferentes áreas funcionais, tais como o espaço religioso, o espaço funerário e áreas residenciais ou de apoio à mineração. Entre os achados destacam-se pisos de mesaneta, delimitações com muros e estruturas relacionadas ao anexo da igreja, evidenciando o complexo uso do espaço ao longo do tempo (Relatório de Monitoramento Arqueológico, 2023).

O processo de ocupação de Ouro Fino está diretamente relacionado à lógica da exploração aurífera, caracterizada pela formação de núcleos urbanos efêmeros, cuja permanência estava atrelada ao sucesso da mineração. Durante o auge da produção, o arraial desempenhava papel relevante na rede mineradora de Goiás, integrando os fluxos econômicos que escoavam o ouro para os portos coloniais. No entanto, o esgotamento das jazidas e a consequente queda da atividade mineradora ao longo do século XVIII desencadearam um processo de estagnação econômica e despovoamento progressivo, culminando no abandono quase completo do núcleo urbano (Moura, 2021; Morais, 2016). Entretanto, a pesquisadora Laura Ludovico, em seu estudo de 2009, argumenta, baseando-se em relatos orais por ela colhidos, que nunca houve um motivo específico que explicasse o abandono do arraial.

A decadência do arraial pôde ser vista não apenas na diminuição populacional e no colapso das atividades econômicas, mas também na deterioração física das estruturas arquitetônicas. Com o abandono, as edificações foram submetidas à ação do tempo, às intempéries e à reutilização de materiais por populações vizinhas, resultando no estado atual de ruínas (Ludovico, 2009). Esse processo evidencia o que Ludovico (2009) denomina de “paisagem arqueológica”, ou seja, a configuração material resultante da interação entre o espaço físico, os vestígios da ocupação humana e os processos naturais de degradação.

Além dos aspectos econômicos e demográficos, Ouro Fino desempenhou um papel importante nas demonstrações religiosas do estado de Goiás (SOUZA, 2000). As festividades religiosas realizadas no arraial desempenharam um papel central na

construção da identidade social e cultural do Arraial de Ouro Fino, estabelecendo vínculos simbólicos entre a comunidade e o espaço sagrado do arraial. Dentre as celebrações mais marcantes citadas na bibliografia, estavam a Festa do Divino Espírito Santo e a Procissão de São Sebastião da Pedreira, que mobilizavam a população local a comunidades vizinhas em momentos de intensa sociabilidade, fé e expressão cultural (Ludovico, 2009). Essas festividades aconteciam no largo da igreja e no entorno da pedreira, unindo esse aspecto cultural com a paisagem do Arraial de Ouro Fino.

A importância simbólica da Festa do Divino de Ouro Fino transcendeu o tempo, alcançando a cultura popular por meio da célebre música “Chico Mineiro”, composta por Tônico e Francisco Ribeiro e eternizada na interpretação de Tônico & Tinoco. Na canção, o narrador rememora sua amizade com Chico Mineiro e relata a última viagem que fizeram juntos, culminando na chegada a Ouro Fino. É nesse cenário festivo que ocorre a morte de Chico Mineiro, em um assassinato. A canção, ao situar a festa em Ouro Fino, conecta a narrativa musical à tradição das festividades religiosas do arraial, evocando o ambiente de encontro e fé que marcaram as memórias da comunidade (Tônico & Francisco Ribeiro, 1946; Ludovico, 2009). Dessa forma, a festa do Divino de Ouro Fino, além de seu papel litúrgico e comunitário, foi imortalizada como parte do imaginário popular brasileiro.

Ela integra, assim, o que Ludovico (2009) denomina de paisagem da memória, um espaço simbólico onde as ruínas materiais, os afetos e as narrativas se entrelaçam, mantendo viva a lembrança do arraial mesmo após sua decadência física. Essa dimensão imaterial do patrimônio cultural reforça a importância de Ouro Fino não apenas como objeto de estudo arqueológico, mas também como espaço de pertencimento e identidade para as comunidades locais.

A importância histórica e arqueológica do Arraial de Ouro Fino reside na possibilidade de contribuir para a compreensão dos processos sociais, econômicos e espaciais que marcaram a ocupação mineradora da Capitania de Goiás. As evidências materiais remanescentes, associadas às fontes documentais e às narrativas da memória coletiva, possibilitam reconstruir aspectos do cotidiano, das relações sociais e das dinâmicas de transformação que caracterizaram o ciclo do ouro na região. Dessa forma, o sítio constitui um patrimônio multifacetado, que articula as dimensões material, simbólica e histórica da trajetória de Ouro Fino no contexto mais amplo da ocupação colonial do interior do Brasil.

Por fim, é importante citar que atualmente o sítio está localizado em área privada, dentro de uma fazenda. Ele passou por restaurações e um processo de estabilização e preservação conduzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Intervenções emergenciais já foram realizadas, incluindo escoramento estrutural, injeção de argamassa para consolidação das alvenarias e instalação de coberturas provisórias para proteção contra intempéries. Essas ações visam preservar os vestígios remanescentes, como a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, casarios e lápides do cemitério, que compõem uma importante fatia do patrimônio arqueológico da região. Futuramente, estão previstas novas etapas de intervenção, como a instalação de coberturas permanentes, sinalização e passarelas, integrando o sítio ao Caminho de Cora Coralina e promovendo sua musealização e valorização turística (Governo Federal, 2021).

## **2.2. A abordagem da Arqueologia de Mineração**

Ao estudar Ouro Fino e sua história, torna-se essencial abordar os conceitos da chamada Arqueologia de Mineração. Donald Hardesty (1988), A. Knapp (1998) e Diogo Costa (2012), são exemplos de autores que exploram o tema em suas diversas nuances. Todos estes autores têm em comum um ponto de vista da arqueologia da mineração. Eles defendem que, devido à sua capacidade de obtenção de informações variadas, a Arqueologia da Mineração é fundamental para o estudo de sociedades construídas através da exploração de minérios, como foi o caso do Arraial de Ouro Fino, do Arraial do Ferreiro, Arraial do Pilar e Arraial de Santa Rita da Anta.

A arqueologia de mineração é um subcampo especializado da arqueologia industrial ou histórica que se concentra no estudo das práticas de mineração e das paisagens associadas a essa atividade ao longo da história (Knapp; Pigott e Herbert, 1998). Este campo envolve a análise de vestígios materiais, estruturas, documentos e paisagens culturais para entender a evolução das técnicas de mineração, a organização social dos trabalhadores e os impactos ambientais e econômicos da mineração (Hardesty, 1988).

No trabalho de Diogo Costa (2012), é citado o trabalho de Hardesty (1988) para caracterizar as diferentes áreas de atuação ou de pesquisa da arqueologia da mineração. Estas áreas são chamadas de Populacional, Material e Informativa. Os referidos autores defendem que cada uma destas áreas de atuação gera resultados

próprios que enriquecem muito a análise geral das sociedades mineradoras. Ao adotar a abordagem da arqueologia da mineração, é extremamente importante para a construção desta pesquisa que estas áreas de estudo da arqueologia sejam não somente caracterizadas, como também seja esclarecido qual a subárea de interesse principal neste caso.

Na perspectiva Informacional, os estudos são focados na transmissão de informações no dia a dia das comunidades mineradoras. Tanto relacionadas ao trabalho nas minas, quanto relacionadas ao cotidiano das pessoas, muitas são as possibilidades de propagação de informação, como a construção de ferrovias e estradas de terra ou, no contexto brasileiro, os chamados “caminhos de tropeiros”, rotas utilizadas por homens tanto para carregar os produtos da exploração, quanto para outras finalidades, principalmente no Brasil Colônia.

No âmbito Material, a arqueologia da mineração se propõe a estudar os resquícios das habitações humanas nas áreas de exploração de minérios (Hardesty, 1988). Estes vestígios se constituem desde as ferramentas e maquinários utilizados na exploração dos recursos das jazidas, até os objetos utilizados fora do ambiente de trabalho pelos indivíduos constituintes das comunidades metalúrgicas, como por exemplo roupas, louças, vidros e outros. Neste quesito, a arqueologia de mineração se assemelha muito ao restante da arqueologia, se utilizando de metodologias de tabulação e análise da arqueologia histórica.

Por fim, a esfera Populacional é a esfera que estuda o impacto social da mineração. Desde a formação de novos costumes, os modelos de habitação, as relações sociais e os impactos deixados pela mineração em comunidades existentes ou a criação de novas comunidades. É nesta esfera que são abordadas as questões de etnia, gênero, idade e outros pontos que formam as equipes de trabalhadores das minas, além de possibilitar o entendimento das relações religiosas, as atividades de lazer, as exposições da cultura material e imaterial e as relações e impactos que o fim da atividade mineradora deixam em um local.

Dessa forma, os âmbitos Material e Populacional são essenciais para uma análise multifacetada do que o registro material, somado a bibliografia, pode nos dizer sobre os processos de despovoamento em arraiais goianos do século XVIII e XIX.

Ao entrar no quesito Material, D. Hardesty trouxe uma espécie de guia, uma base sólida para o estudo das sociedades mineradoras. Em certo ponto de sua

pesquisa, Hardesty define detalhadamente as possíveis tecnologias a serem usadas da mineração.

The technology of mining involves everything from simple hand tools to complex industrial machines. In all cases, however, the technology is used for locating, extracting, and processing metals or minerals from rock. (Hardesty, 1988, p. 56)

Desta maneira, ao se trabalhar com a arqueologia, é de suma importância entender os processos por trás da extração dos minérios. É somente através deste ponto de vista que podemos entender como este mercado impactou ou impacta o ambiente a sua volta. Além disso, é importante conhecer as tecnologias empregadas em cada período, tanto para as datações relativas, quanto para a estruturação de um conjunto de cultura material próprio de um sítio arqueológico de minas ou de habitações ligadas a elas.

Na exploração de minérios podem ser empregados dois tipos principais de tecnologia (HARDESTY, 1988). Essas tecnologias são chamadas de “low tech” ou baixa tecnologia e “high tech” ou alta tecnologia. Todas as tecnologias que necessitam do ser humano para sua utilização são consideradas baixa tecnologia, já os maquinários que realizam o trabalho independentemente são considerados alta tecnologia. A tecnologia empregada depende do tipo de depósito de minérios e é claro, da disponibilidade da tecnologia (BOWIE, 1898 apud COSTA, 2012).

Essa tecnologia empregada poderia, por exemplo, responder a dúvida sobre o motivo da extração do ouro ter se tornado cada vez mais difícil, como defendeu Americano do Brasil (1961 apud Silva, 2020). Segundo ele, o esgotamento de ouro em camadas superficiais fez com que a quantidade de ouro retirado fosse inversamente proporcional ao trabalho gerado em sua extração. Isso não seria um problema se a tecnologia utilizada na extração fosse mais desenvolvida ou automatizada e gerasse melhores resultados.

### **2.3. Indicadores materiais de transformação**

A análise dos indicadores materiais de transformação no sítio arqueológico do Arraial de Ouro Fino é condicionada por limitações metodológicas significativas, que impactam diretamente a amplitude das interpretações possíveis. As escavações

realizadas no âmbito do resgate arqueológico (Relatório de Monitoramento Arqueológico, 2023) foram restritas às áreas diretamente afetadas por intervenções arquitetônicas, o que reduziu a possibilidade de uma leitura mais ampla da cultura material cotidiana do povoado. Além disso, o relatório não fornece datações das camadas estratigráficas e tampouco apresenta uma análise sistemática da disposição horizontal dos vestígios arqueológicos, limitando o entendimento da sequência de ocupação e uso do espaço ao longo do tempo.

Mesmo diante dessas limitações, alguns achados permitem inferir transformações importantes no contexto do sítio. Dentre os materiais coletados, identificaram-se fragmentos cerâmicos, metálicos, vítreos e construtivos, como tijolos, pedra sabão e adobe. Também foram encontrados objetos de uso pessoal, como contas de colar ou terço confeccionadas em marfim, material de origem africana, o que evidencia a presença de indivíduos africanos escravizados no arraial (Relatório de Monitoramento Arqueológico, 2023). Esse tipo de vestígio reforça a importância de abordagens que considerem os diferentes grupos sociais envolvidos na ocupação do espaço minerador, com atenção especial às camadas historicamente marginalizadas e à diversidade cultural da população local.

A identificação de sepultamentos, muitas vezes perturbados por raízes e intervenções humanas, assim como estruturas em diversos estados de conservação, aponta para um uso contínuo e transformador do espaço ao longo dos anos. Em particular, o caso do sepultamento associado a um padre, evidenciado pela presença de uma estola litúrgica, cruz esculpida em pedra sabão e alças de caixão (Relatório de Monitoramento Arqueológico, 2023), indica a presença de hierarquias sociais e funções religiosas bem definidas no arraial. Isso reforça a tese de que Ouro Fino não se desenvolveu apenas como um ponto de extração mineral, mas como uma comunidade com complexidade institucional e simbólica significativa.

O predomínio de fragmentos cerâmicos em detrimento de louça pode indicar um padrão de consumo menos elitizado. Considerando que a louça era um material mais caro e, portanto, menos acessível à maior parte da população, sua escassez pode ser interpretada como reflexo das condições econômicas das camadas sociais que habitavam o local. Alternativamente, essa ausência também pode estar relacionada à função das áreas escavadas, como o entorno da igreja, que provavelmente não eram espaços de habitação cotidiana, mas sim de uso específico, o que justificaria a menor ocorrência de objetos de uso doméstico. Assim, novas investigações arqueológicas voltadas a áreas residenciais e de descarte se fazem

necessárias para ampliar a compreensão sobre os modos de vida e o cotidiano da população de Ouro Fino.

Embora o relatório de monitoramento não explore em profundidade mudanças nas técnicas construtivas ou o reaproveitamento de espaços com novas funções, elementos normalmente associados aos processos de transformação e declínio, foram identificadas estruturas que sugerem intervenções posteriores ao período original de ocupação. A presença de diferentes técnicas construtivas, como alvenaria de tijolos, pisos de mesaneta e o uso de pedra sabão em calçamentos, aponta para possíveis fases distintas de uso e adaptação do espaço. A sobreposição de materiais e a reutilização de componentes arquitetônicos indicam processos de adaptação e continuidade, mesmo diante da diminuição do uso do núcleo urbano. Essas evidências contribuem para uma análise do sítio como um organismo vivo e em constante transformação, conceito fundamental na arqueologia da paisagem e na arqueologia histórica (Hardesty, 1988; Costa, 2012).

A presença de estruturas como igrejas, cemitérios, largos e seminários aponta para a complexidade e permanência da ocupação no Arraial de Ouro Fino, diferentemente de muitos arraiais efêmeros do período colonial. De acordo com Hardesty (1988), elementos como templos religiosos e cemitérios costumam surgir em estágios mais avançados da formação de sociedades mineradoras, quando já existe um certo grau de coesão social e planejamento. Essas estruturas são classificadas como "não essenciais" em contextos de mineração primitiva e emergem apenas quando há um aumento populacional e uma maior estabilidade comunitária. Assim, sua presença em Ouro Fino sugere que o local atingiu um nível considerável de organização e densidade populacional, consolidando-se como uma comunidade estável e não apenas um acampamento temporário.

Em sua análise sobre as sociedades mineradoras, Hardesty (1988) argumenta que esses agrupamentos devem ser entendidos como redes complexas de relações de poder, moldadas desde os primeiros momentos da ocupação mineradora. As divisões sociais, os papéis de gênero e as hierarquias surgem de forma precoce e estão diretamente ligadas à lógica econômica da mineração. No caso das comunidades do oeste estadunidense, por exemplo, o autor observa que os acampamentos do século XIX eram majoritariamente masculinos, altamente móveis e caracterizados por um individualismo extremo. No entanto, ele ressalta que cada contexto deve ser analisado de maneira específica, pois há variações significativas entre as sociedades mineradoras. No caso brasileiro, particularmente em Goiás,

observa-se uma configuração mais complexa e diversa desde fases iniciais, com presença documentada de mulheres, práticas religiosas e estruturas estáveis.

Costa (2012), por sua vez, defende que a formação dessas sociedades ocorre em duas fases distintas. No primeiro momento, os espaços são essencialmente funcionais, voltados à sobrevivência e ao abastecimento básico da população masculina. Já em um segundo estágio, com a consolidação da comunidade, surgem instituições religiosas, escolas e estruturas de lazer, muitas vezes associadas à presença de mulheres de elite. Essa divisão é fundamental para compreender os vestígios encontrados em Ouro Fino e sua relação com os ciclos de expansão e retração da atividade mineradora. A presença de uma igreja estruturada, sepultamentos, pisos trabalhados e demais elementos construtivos elaborados sinalizam que Ouro Fino ultrapassou o estágio inicial e consolidou-se como um núcleo minerador relevante.

Outro ponto abordado por Hardesty (1988) é a natureza descentralizada do poder nas sociedades mineradoras em seus estágios iniciais. Nesses contextos, os trabalhadores geralmente respondem apenas aos proprietários das minas, sem estruturas institucionais bem definidas. Com o tempo, no entanto, ocorre um processo de institucionalização, com a emergência de relações mais estruturadas entre patrões e empregados. A presença de edificações formais, como o seminário e a casa episcopal em Ouro Fino, sugere que esse processo de centralização e complexificação institucional também ocorreu ali, embora os registros históricos indiquem que o local enfrentou um rápido declínio após o deslocamento de estruturas religiosas para outras regiões.

As escavações realizadas por Marcos André Torres de Souza (2000), no antigo Arraial de Ouro Fino, foram decisivas para reconstituir aspectos materiais e simbólicos do cotidiano dos moradores durante o auge e o declínio da mineração aurífera no século XVIII. Sua pesquisa, inserida no projeto “A Grande Vila Boa” e conduzida com apoio do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), permitiu explorar não apenas os resíduos físicos da ocupação do local, mas também as estruturas sociais que nele se consolidaram e se transformaram ao longo do tempo.

Ouro Fino, escolhido por Souza (2000) por apresentar uma ocupação primária, livre de reurbanizações posteriores e com bom potencial arqueológico em subsuperfície, revelou-se um sítio singular. Ao contrário de outros arraiais ainda habitados, como Ferreiro e Barra, Ouro Fino consistia, no momento da escavação, em uma vasta pastagem, com apenas vestígios de muros e alicerces remanescentes.

Essa condição preservada, porém "invisível", favoreceu o mapeamento arqueológico e a coleta de dados in situ, revelando a organização espacial do arraial em torno de uma praça central, com uma disposição semelhante à observada nos últimos vestígios arquitetônicos visíveis até o século XX.

A fase inicial do trabalho consistiu na realização de 392 tradagens, feitas com perfurações no solo com cavadeira boca-de-lobo, a cada 20 metros, em toda a extensão do núcleo urbano. Essa abordagem sistemática permitiu identificar padrões construtivos e materiais usados, bem como localizar concentrações de descarte doméstico. Em um desses pontos, a chamada Área 1, foi encontrada uma lixeira associada aos fundos de uma casa voltada para a praça. Ali, a camada arqueológica revelou uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos, faianças, louças e utensílios do século XVIII, indicando práticas específicas de consumo e descarte. Segundo Souza (2000), essa lixeira foi usada por mais de um grupo doméstico, ao longo de várias décadas, funcionando como um marcador cronológico de permanência e uso cotidiano.

Esse depósito, situado num espaço privado, mas compartilhado, torna-se revelador de diversas camadas da vida social de Ouro Fino. A predominância de utensílios do século XVIII, sem intrusões de materiais posteriores, reforça a ideia de que a ocupação foi intensa durante o auge da mineração e posteriormente declinou, com diminuição drástica da presença populacional. No entanto, ao invés de sugerir um colapso abrupto, a persistência e a complexidade dos materiais ali descartados apontam para um processo de transição social e econômica, onde os moradores adaptaram suas práticas e reorganizaram seus espaços até o abandono efetivo.

Além da Área 1, outras áreas de escavação foram abertas, como a Área 6, onde se localizou outra lixeira semelhante, também associada ao entorno da praça.

Nessas áreas, foram encontrados fragmentos de cachimbos, peças de cerâmica de tradição indígena e africana, além de utensílios europeus, o que evidencia a diversidade étnica e cultural do arraial. A presença de materiais de uso cotidiano, como tamboretas, caixas e instrumentos culinários, reforça a ideia de que os habitantes mantiveram uma vida ativa e complexa até o final da ocupação, inclusive com resistências culturais identificadas em padrões alimentares e práticas de descarte.

Em termos interpretativos, as escavações de Souza (2000) desafiam a visão tradicional de que o declínio de Ouro Fino correspondeu a um processo de estagnação social. Ao contrário, a análise das lixeiras e dos objetos nela contidos sugere que,

mesmo em um contexto de esgotamento aurífero, houve permanência de práticas domésticas e adaptação a novas condições econômicas. Assim, a "decadência" de Ouro Fino deve ser compreendida não como um desaparecimento súbito, mas como um fenômeno gradual de ressignificação do espaço urbano e das relações sociais ali estabelecidas.

A seguir, apresentam-se imagens selecionadas do material arqueológico escavado durante as escavações realizadas em Ouro Fino. As peças ilustradas, provenientes, em sua maioria, de depósitos domésticos como lixeiras, incluem fragmentos de faianças, cerâmicas vidradas, cachimbos, utensílios de ferro, recipientes metálicos e louças de uso cotidiano, revelando aspectos do consumo, da vida doméstica e das relações sociais estabelecidas no arraial ao longo do século XVIII. As imagens também permitem observar traços estilísticos associados a influências culturais diversas, que coexistiram naquele espaço minerador, oferecendo suporte visual à análise sobre a complexidade e a diversidade da ocupação em Ouro Fino.

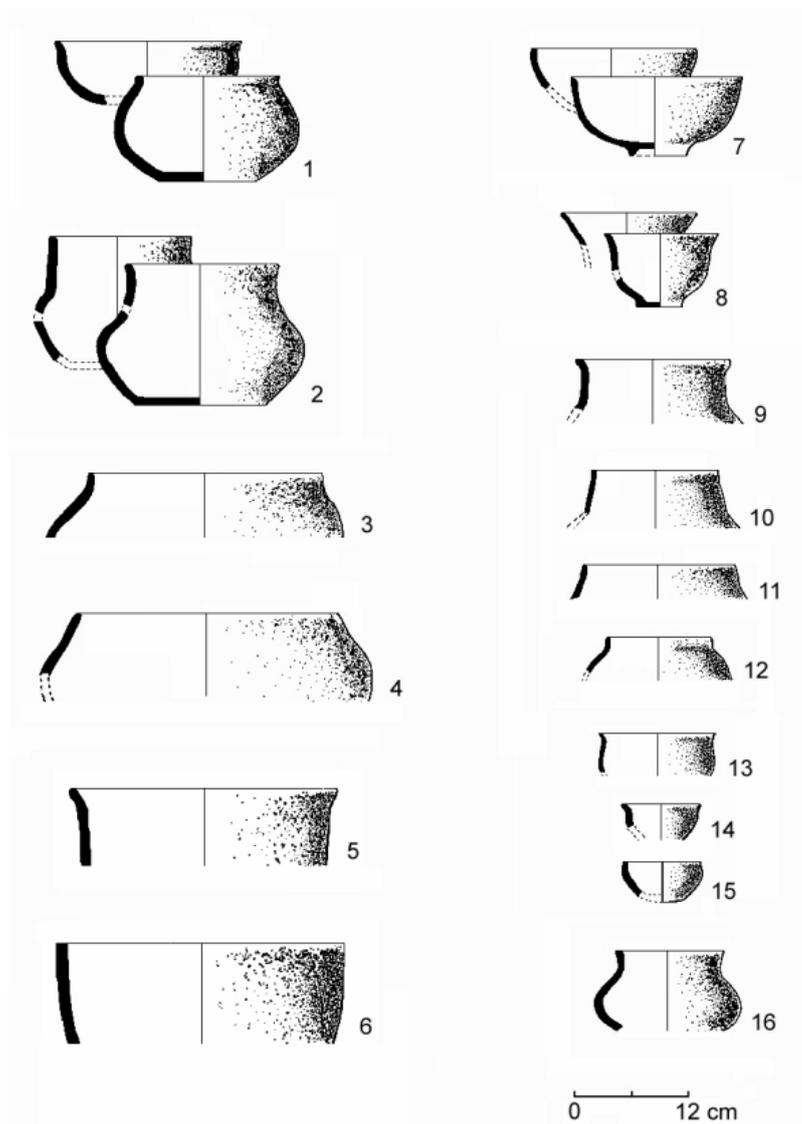


Figura 4: Formas dos recipientes cerâmicos de Ouro Fino. Século XVIII. Fonte: Souza, 2000.

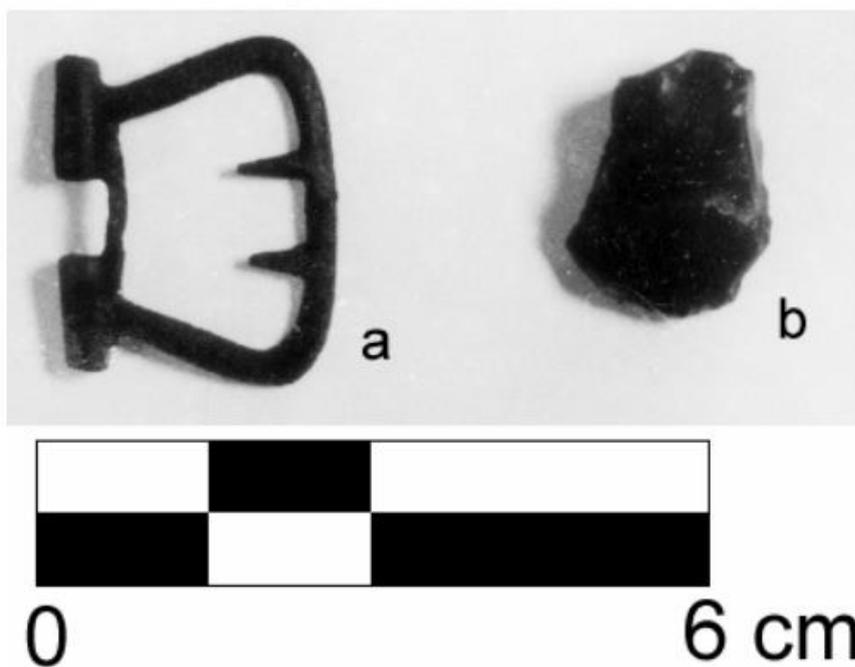


Figura 5: a) Fivela de sapato identificada por Hume (1969:85) como do final do século XVIII; b) pederneira. Fonte: Souza, 2000, Hume, 1969.

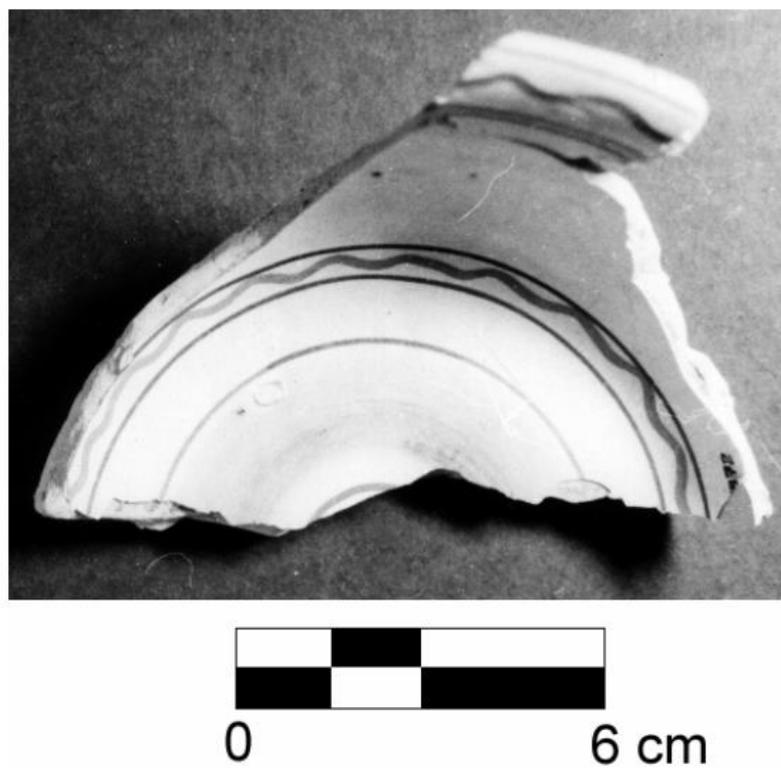


Figura 6: Malga em faiança comum com cores verde, vinho e preto. Fonte: Souza, 2000.



Figura 7: Cachimbos exumados dos depósitos do século XVIII em Ouro Fino. Bastante comum no contexto colonial, este modelo consistia de uma abertura na parte superior da peça (fornilho) e uma parte onde era introduzida uma haste longa de taquara (boquilha), que funcionava como piteira.  
Fonte: Souza, 2000.

Apesar do quadro fragmentado, o sítio arqueológico de Ouro Fino ainda apresenta um grande potencial para investigações futuras. O fato de o local estar preservado graças ao tombamento e ter sido objeto de ações de estabilização pelo IPHAN garante a possibilidade de novas etapas de pesquisa acadêmica voltadas à compreensão das transformações espaciais, tecnológicas e sociais ocorridas ali. A realização de escavações sistemáticas em áreas residenciais, de descarte ou de apoio à mineração pode revelar informações mais precisas sobre os processos de declínio, reocupação e ressignificação do espaço urbano, se houveram. Além disso, o uso de tecnologias como mapeamento geofísico, modelagem 3D e análise mais detalhada dos vestígios pode ampliar a capacidade interpretativa da arqueologia aplicada ao sítio.

Assim, mesmo diante das limitações impostas pelo escopo das escavações atuais, é possível vislumbrar uma série de pistas que apontam para a complexidade histórica de Ouro Fino. Os vestígios materiais, combinados às fontes documentais e às abordagens teóricas da arqueologia da mineração, revelam um cenário multifacetado, onde o declínio não é entendido apenas como ruína ou esvaziamento, mas como uma etapa do processo contínuo de transformação social e espacial. Ouro Fino permanece, portanto, como uma paisagem arqueológica viva, cujos fragmentos revelam histórias de reorganização, resistência e mudança. No entanto, para compreender a real complexidade dos processos pós-mineradores em Goiás, é necessário ampliar o olhar para outros núcleos com trajetórias paralelas.

Assim, o próximo capítulo propõe uma análise comparativa entre o caso de Ouro Fino e outros três arraiais, Pilar, Ferreiro e Santa Rita, a fim de identificar padrões comuns, singularidades e possibilidades interpretativas mais abrangentes sobre os significados do declínio e da reconfiguração dos espaços mineradores.

### **3. CAPÍTULO 3: COMPARAÇÃO COM OUTROS ARRAIAIS GOIANOS**

Com base na análise empírica do Arraial de Ouro Fino e nas discussões teóricas sobre o conceito de “decadência”, este capítulo amplia o escopo da investigação por meio de um estudo comparativo com outros três arraiais goianos: Pilar, Ferreiro e Santa Rita. Todos situados na região próxima à antiga capital da Capitania de Goiás, esses núcleos mineradores compartilham aspectos históricos e geográficos semelhantes, o que permite identificar padrões regionais, mas também evidenciar trajetórias singulares no contexto do pós-mineração.

A escolha por um enfoque comparativo tem como objetivo compreender até que ponto os processos de despovoamento, transformação econômica e reorganização social foram vivenciados de maneira similar ou distinta entre esses assentamentos. Serão discutidos aspectos como a presença de atividades econômicas paralelas durante o auge da mineração, as tentativas de reconversão produtiva após o esgotamento das jazidas, a permanência ou abandono das estruturas urbanas, e as transformações na cultura material observadas por meio das escavações e registros históricos.

Essa análise integrada permite reforçar a crítica ao uso indiscriminado do conceito de “decadência” na descrição dos arraiais goianos. Ao invés de colapsos lineares, os casos estudados revelam um mosaico de experiências: alguns núcleos conseguiram se adaptar por meio da agropecuária ou do comércio, enquanto outros mantiveram relevância simbólica e patrimonial mesmo diante do esvaziamento populacional. O capítulo busca, portanto, demonstrar que os arraiais pós-mineradores constituem paisagens históricas multifacetadas, cujos legados materiais e imateriais exigem leituras mais nuançadas, capazes de integrar arqueologia, história e memória.

#### **3.1. Padrões comuns do processo de “decadência”**

Com base nas evidências arqueológicas analisadas em Ouro Fino, este capítulo amplia a perspectiva da pesquisa por meio de uma comparação com outros três arraiais goianos: Ferreiro, Pilar e Santa Rita. O objetivo é identificar, por meio de categorias analíticas específicas, como diferentes comunidades pós-mineradoras enfrentaram o fim do ciclo do ouro, reorganizando ou não suas estruturas sociais, econômicas e simbólicas. Ao comparar esses assentamentos, busca-se entender até

que ponto a narrativa da “decadência” se sustenta ou precisa ser relativizada frente às experiências diversas de ajustamento e persistência. Com base em quatro categorias principais que buscam compreender a diversidade de experiências pós-mineradoras na região central de Goiás. As categorias de análise foram formuladas com o intuito de identificar aspectos econômicos, sociais e materiais que extrapolam a atividade mineradora em si. São elas: a presença de outras atividades econômicas paralelas à mineração durante o auge dos arraiais; a existência de tentativas de transição econômica após o esgotamento das jazidas; a persistência das comunidades locais, ou seja, se houve continuidade da ocupação após o declínio minerador; e a ocorrência de transformações na cultura material após o fim da mineração.

### **3.1.1. A existência de atividades econômicas paralelas à mineração durante seu auge**

A economia dos arraiais mineradores goianos não pode ser compreendida apenas sob a existência da exploração aurífera. Embora o ouro tenha sido o principal fator de atração e formação desses núcleos, sua sustentação cotidiana dependia de uma complexa rede de atividades complementares. Tais atividades paralelas à mineração permitiram graus variados de autonomia econômica e, em alguns casos, foram decisivas para a sobrevivência ou reconversão das comunidades após o declínio mineral. Ao analisar os casos de Ouro Fino, Pilar, Ferreiro e Santa Rita, é possível identificar práticas como o comércio local, a agricultura de subsistência, o pequeno pastoreio e a prestação de serviços, que coexistiam com a extração do ouro, ainda que nem sempre com a mesma intensidade ou documentação.

No caso do Arraial de Ouro Fino, observa-se desde muito cedo uma economia que extrapolava a mineração. Ainda no final do século XVIII, aproximadamente em 1783, documentos registram a existência de 15 tabernas e 4 lojas de fazendas em atividade no arraial (Ludovico de Melo, 2010, p. 130). Esses estabelecimentos não apenas atendiam à população fixa, mas também se articulavam ao fluxo de viajantes, tropeiros e comerciantes que transitavam entre os diversos núcleos da região mineradora.

A presença dessas estruturas comerciais indica uma organização econômica voltada para o abastecimento local, com circulação de recursos alimentícios, tecidos, ferramentas e bens manufaturados, muitos deles importados da Bahia ou de Minas Gerais. Segundo Morais (2016), esse comércio refletia a capacidade de ajustes da

população local a uma economia de mercado rudimentar, mas funcional, apoiada na demanda dos trabalhadores das minas, suas famílias e os serviços religiosos e civis instalados no arraial.

Além disso, os indícios arqueológicos identificados nas ruínas de Ouro Fino, como estruturas de pedra e taipa de pilão, além da existência da igreja, cemitério e seminário, apontam para a existência de uma vida doméstica estável, que exigia produção ou aquisição contínua de alimentos, utensílios e bens de uso cotidiano (Morais, 2016; Ludovico de Melo, 2010). Tais elementos revelam que a economia mineradora era acompanhada por uma infraestrutura de abastecimento e consumo que garantia a permanência de núcleos familiares e incentivava o enraizamento social.

A paisagem construída de Ouro Fino, inclusive, evidencia a articulação entre funções religiosas, residenciais e comerciais. O largo da igreja de Nossa Senhora do Pilar, os vestígios da torre sineira, as casas de telhado duas águas e as estruturas voltadas para o comércio demonstram que o espaço urbano era funcionalmente diversificado, mesmo durante o auge da mineração (Ludovico de Melo, 2010). Assim, o comércio e a prestação de serviços se apresentam como atividades paralelas importantes na estruturação do arraial.

Já a economia de Pilar, desde o início, mostrou sinais de maior complexidade e articulação com outras regiões. A localidade, fundada também no contexto das primeiras descobertas de ouro, passou por sucessivas corridas auríferas, intercaladas por períodos de retração e abandono parcial das lavras. Esse ciclo intermitente obrigou a população local a desenvolver formas alternativas de sustento, em especial a constituição de redes de comércio e trânsito com outros núcleos coloniais (Silva & Oliveira, 2017).

De acordo com os autores, Pilar não deve ser interpretado apenas como um núcleo minerador, mas como um ponto nodal em uma malha regional de circulação de bens, pessoas e práticas sociais. A economia da vila era “muito plástica e plural”, contando com o desenvolvimento de pequenas atividades produtivas ligadas à agricultura, ao artesanato e ao comércio ambulante, embora estas nem sempre estejam devidamente documentadas nas fontes oficiais (Silva & Oliveira, 2017, p. 230).

A análise das Décimas Urbanas, aplicadas no século XIX, revela a existência de casas comerciais, oficinas, locais de hospedagem e produção alimentar no interior do arraial, mesmo em períodos considerados de crise mineradora (Moura, 2021, p. 12). Essa documentação fiscal permite visualizar que, durante os picos de mineração,

havia já uma economia de base urbana funcionando em paralelo, com práticas que incluíam a produção de farinha, criação de galinhas, moagem de milho e fabricação de aguardente.

Outro elemento importante a ser considerado em Pilar é a presença institucional precoce, com registro de irmandades religiosas, câmara local e estrutura judicial. Esses organismos, para funcionarem, dependiam de arrecadação fiscal e consumo de bens e serviços, o que fortalece a ideia de um ambiente econômico minimamente diversificado, mesmo em tempos de abundância mineral.

Por fim, a própria preservação das edificações setecentistas em Pilar, como a igreja de Nossa Senhora das Mercês, a Casa do Oratório e o traçado urbano irregular, aponta para uma materialidade construída que reflete não apenas riqueza passageira, mas também práticas de ocupação de longo prazo, sustentadas por múltiplas atividades econômicas (Silva & Oliveira, 2017, p. 229).

O Arraial de Ferreiro, embora menos documentado que os anteriores, também apresenta indícios significativos da existência de atividades econômicas paralelas à mineração. Ferreiro fazia parte do circuito de núcleos pioneiros da mineração em Goiás, juntamente com Ouro Fino, Santa Rita e Pilar. Apesar da ausência de dados quantitativos sobre produção mineral, há referências indiretas à sua função de apoio logístico e circulação de bens.

Segundo Cunha Mattos (1824), os caminhos que ligavam Goiás à região norte passavam por Ferreiro, que servia de pouso e entreposto para tropas e viajantes. Essa posição estratégica permitiu o florescimento de atividades ligadas ao transporte, como venda de mantimentos, descanso de animais e fornecimento de hospedagem rudimentar. Essa lógica de funcionamento é evidenciada também pela manutenção de estruturas religiosas e residenciais mesmo após o esgotamento do ouro, como a igreja de São João Batista (Morais, 2015).

Ademais, a pesquisa etnográfica recente realizada por Moraes (2015) com os atuais habitantes da área revela memórias orais que descrevem a existência de hortas, roçados, criações domésticas e comércio miúdo ainda nos períodos iniciais da ocupação. Essas práticas, mesmo que rudimentares, indicam uma cultura local voltada à produção para o consumo interno e à economia de subsistência, que acompanhava a exploração mineral.

A inserção de Ferreiro em uma rede regional de suporte ao ciclo minerador pode ser compreendida como uma estratégia econômica de complementaridade. Sua função não era apenas extrair ouro, mas manter o funcionamento da rede de

comunicação, abastecimento e apoio social necessária para a mineração nos arraiais centrais. Essa função é muitas vezes invisibilizada na historiografia tradicional, mas essencial para a compreensão do cotidiano econômico local.

O Arraial de Santa Rita, por sua vez, constitui um exemplo de menor diversificação econômica paralela à mineração. De acordo com Silva e Sousa (1849), Santa Rita apresentava uma população flutuante e vínculos frágeis com estruturas administrativas e religiosas mais complexas. Não há registros diretos de atividades complementares significativas durante o auge da mineração, o que sugere uma economia altamente dependente da extração aurífera, sem um sistema de suporte local baseado em comércio, agricultura ou criação.

A ausência de menções a mercados, tabernas ou estruturas de apoio no arraial reforça a ideia de uma dependência quase absoluta do ouro como motor econômico. Tal característica teria tornado Santa Rita vulnerável a colapsos rápidos diante da queda da produção, com esvaziamento populacional e abandono territorial. Essa trajetória evidencia que a não diversificação econômica representava um fator de risco estrutural para os assentamentos mineradores da capitania.

### **3.1.2. Tentativas de transição econômica após o esgotamento do ouro**

O esgotamento das jazidas de ouro nos arraiais goianos, especialmente a partir do início do século XIX, impôs desafios estruturais às comunidades que haviam se formado em torno da mineração. Muitos desses núcleos, viram-se diante da necessidade de reconfigurar sua base produtiva para evitar um declínio econômico. As tentativas de transição econômica, no entanto, variaram de intensidade e eficácia conforme o contexto geográfico, a infraestrutura social disponível e o grau de diversificação já existente durante o ciclo minerador. Neste tópico, serão discutidos os diferentes caminhos tomados pelos arraiais de Ouro Fino, Pilar, Ferreiro e Santa Rita, a partir das estratégias adotadas, ou não, para a reconversão econômica frente ao colapso da mineração.

Em Ouro Fino, a transição econômica foi parcialmente bem-sucedida graças à conjugação de fatores como a localização estratégica, a infraestrutura herdada do período minerador e a incorporação da área em novos projetos sociais e econômicos ao longo do século XIX. Com o declínio da atividade aurífera, que já se evidenciava no final do século XVIII, parte da população passou a dedicar-se à criação de animais,

à agricultura de subsistência e ao pequeno comércio voltado para a comunidade remanescente (Morais, 2016, p. 41).

Um dos processos mais relevantes observados foi a transformação territorial do antigo núcleo minerador em uma propriedade rural estruturada, conhecida como Fazenda Ouro Fino, que perdurou por décadas. Esta fazenda manteve parte das construções originais do arraial, adaptando-as às novas funções, como a habitação senhorial e a produção agropecuária. A sede da fazenda chegou a ser reaproveitada como casa de veraneio e, posteriormente, como seminário diocesano, indicando a reutilização simbólica e prática do espaço (Ludovico de Melo, 2010, p. 129–130).

Além do reaproveitamento físico, Ouro Fino também passou a figurar como local de memória e peregrinação, com as ruínas da igreja de Nossa Senhora do Pilar e o cruzeiro sendo ressignificados pelas populações vizinhas. Essa dimensão cultural da transição econômica aparece como uma das formas de manter vivo o elo entre o passado minerador e o presente ruralizado, associando a economia simbólica à reocupação do território (Morais, 2016; Morais, 2016b).

Portanto, a estratégia de transição em Ouro Fino envolveu a adaptação da infraestrutura existente para novos usos produtivos e religiosos, marcando a paisagem com vestígios tanto da economia colonial quanto das novas práticas sociais do século XIX. Essa continuidade, ainda que não tenha evitado o esvaziamento completo da área, contribuiu para que o local não fosse totalmente abandonado e passasse a integrar o imaginário regional como patrimônio cultural.

Já a trajetória de Pilar após o esgotamento do ouro oferece um caso emblemático de resiliência comunitária e de reestruturação econômica parcial. A vila passou por diversos ciclos de mineração intermitente, com abandonos temporários das lavras, o que obrigou seus habitantes a buscar estratégias alternativas de subsistência ainda durante os períodos de baixa na produção aurífera (Silva & Oliveira, 2017, p. 230).

A partir do século XIX, Pilar se reconfigura como um centro com economia mista, sustentada por atividades agrícolas, comércio regional e prestação de serviços. Essa reconfiguração é perceptível tanto nas fontes documentais, como as Décimas Urbanas, que registram a existência de casas comerciais, moinhos e pequenas propriedades produtivas, quanto nas evidências materiais identificadas nas pesquisas arqueológicas (Moura, 2021, p. 8–12).

Entretanto, uma das transições mais significativas foi a transformação simbólica da vila em patrimônio histórico. O tombamento de Pilar em 1952 pelo antigo DPHAN

(atual IPHAN), embora tenha ocorrido muito depois do declínio da mineração, consolidou a economia simbólica como alternativa à extração aurífera. A revalorização das construções coloniais e a criação de uma narrativa de “vila histórica” permitiram a inserção do local em circuitos culturais e turísticos, mesmo que de forma incipiente (Silva & Oliveira, 2017, p. 231–233).

Apesar das críticas ao processo de patrimonialização, muitas vezes desarticulado da realidade socioeconômica dos moradores, ele contribuiu para evitar o completo abandono do núcleo urbano e ofereceu novas possibilidades de uso e significação do espaço. Assim, em Pilar, a transição econômica após o esgotamento do ouro passou pela readequação funcional de seu território e pela transformação da memória mineradora em valor cultural e institucional.

Em Ferreiro, as estratégias de transição econômica não seguiram um modelo institucionalizado, como o tombamento, ou uma reconversão agrícola de elites, como no caso de Ouro Fino. A transição ali ocorreu por meio de processos sociais de resistência, organização popular e reocupação agrária, especialmente a partir do século XX. Após o declínio da mineração, a região passou por uma longa fase de esvaziamento e fragmentação territorial. Contudo, a partir da década de 1990, o antigo território de Ferreiro foi parcialmente incorporado ao Projeto de Assentamento Serra Dourada, voltado para a reforma agrária (Morais, 2015).

A criação do assentamento permitiu que famílias agricultoras se fixassem na região e desenvolvessem práticas de produção agroecológica, criação de pequenos animais, hortas comunitárias e feiras de produtos orgânicos. A reinvenção produtiva do espaço não apenas resgatou sua dimensão econômica, mas também transformou-o em espaço de memória e resistência. Os moradores atuais ressignificam o local como símbolo de luta por terra e cidadania, articulando o passado minerador à experiência camponesa contemporânea (Morais, 2015, p. 88–95).

Essa reocupação possibilitou o restabelecimento de laços comunitários, a promoção de festas tradicionais e a valorização dos vestígios do antigo arraial, como a igreja de São João Batista, restaurada com apoio de moradores e parceiros institucionais.

O caso do Arraial de Santa Rita evidencia os limites da capacidade de transição econômica em contextos de forte dependência da mineração e fraca infraestrutura social. Santa Rita apresentava, desde o início, vínculos frágeis com atividades paralelas à mineração, como comércio ou agricultura. Essa fragilidade tornou-se

crítica com o esgotamento do ouro, levando ao esvaziamento rápido da população e ao colapso do núcleo urbano (Sousa, 1849).

As fontes históricas são escassas, mas relatos como os de Silva e Sousa (1849) e Cunha Mattos (1824) indicam que, ao contrário de outros arraiais, Santa Rita não foi reaproveitada como fazenda, centro administrativo ou núcleo simbólico. Não há registros de ocupações agrícolas pós-mineradoras organizadas, nem de patrimonialização formal ou reocupação. Essa ausência de estratégias de transição econômica torna Santa Rita um exemplo de arraial que não foi ressignificado, pela falta de alternativas sustentáveis que permitissem sua reintegração ao território goiano.

O caso de Santa Rita reforça a hipótese de que a diversificação produtiva e a capacidade de ajustes sociais são fatores cruciais para a persistência das comunidades pós-mineradoras. Quando esses elementos estão ausentes, o esgotamento do ouro resulta em descontinuidade total da ocupação humana.

### **3.1.3. Persistência da comunidade após o fim da atividade mineradora**

A persistência das comunidades nos arraiais goianos após o fim da mineração aurífera é um fenômeno que reflete diferentes formas de resistência social e reorganização econômica. Embora muitos desses núcleos tenham experimentado um declínio populacional e econômico com o esgotamento das jazidas de ouro, alguns conseguiram reinventar-se, aproveitando as infraestruturas estabelecidas, redes de relações sociais e as próprias paisagens culturais. A persistência da comunidade se deu de formas diversas, envolvendo desde a conversão de arraiais em centros agrícolas e comerciais, até o surgimento de novos projetos de assentamento.

Em Ouro Fino, a persistência da comunidade após o esgotamento das jazidas de ouro é pequena, mas significativa. O arraial viu a diminuição da atividade mineradora ao longo do século XIX, mas essa transição não resultou em seu total abandono imediatamente. Pelo contrário, a região passou por um processo de reconversão econômica, principalmente devido à sua localização estratégica e à infraestrutura herdada da época mineradora, como as estradas de acesso e as construções públicas.

Após o declínio da mineração, a área foi ocupada por pequenos criadores de gado e agricultores. A Fazenda Ouro Fino, constituída na transição do século XIX, manteve muitas das estruturas do antigo arraial, incluindo a igreja de Nossa Senhora

do Pilar, que se tornou um centro de devoção para as comunidades rurais circundantes (Morais, 2016). Além disso, o fato de a área se tornar um espaço de memória e patrimônio cultural contribuiu para que as ruínas do antigo arraial fossem preservadas por um período, tornando-se um símbolo da memória local.

O seminário diocesano, estabelecido na área nos séculos XIX e XX, também representou um ponto de resistência simbólica e cultural, promovendo a permanência de uma comunidade religiosa e educacional que reconfigurou o espaço minerador como um centro cultural, ao invés de um simples local de extração (Ludovico de Melo, 2010). O restabelecimento de uma comunidade em Ouro Fino, ainda que em formato rural, também se alicerçou no comércio local, com a circulação de bens entre a fazenda, as pequenas propriedades agrícolas e a cidade de Goiás.

A transição para uma economia agrícola e de serviços, associada ao uso de partes das ruínas como patrimônio, permitiu que Ouro Fino permanecesse um ponto de referência para a memória histórica de Goiás, atraindo interesse de turistas e pesquisadores, e mantendo viva uma certa continuidade da comunidade local.

Em Pilar, a persistência da comunidade após o fim da mineração foi marcada pela diversificação econômica e pela integração da vila em uma rede social e cultural que não estava restrita à atividade mineradora. Pilar passou por várias corridas do ouro, e sua população experimentou os ciclos de esgotamento das lavras, o que levou a tentativas de reconfiguração econômica através de comércio, agricultura e atividades artesanais (Silva & Oliveira, 2017).

Após o fim da mineração, a cidade continuou a ser habitada, mas a transição econômica não foi simples, apesar de ajudar a manter a população no local. Pequenos agricultores, artesãos e comerciantes assumiram um papel central na manutenção da ocupação do local, mas o processo de tombamento de Pilar em 1952, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), trouxe uma nova dimensão à persistência da comunidade. A patrimonialização de Pilar não só preservou os vestígios da mineração, como também conferiu à cidade um status simbólico de “vila histórica”, o que, paradoxalmente, atraiu tanto turistas quanto a população local que se identificava com essa nova identidade (Silva & Oliveira, 2017, p. 234).

O tombamento e a valorização do patrimônio arquitetônico, como a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e as casas coloniais, ajudaram a manter a presença da comunidade local, que se identificava com as raízes mineradoras, mas também com a nova configuração urbana. A continuidade da ocupação urbana foi fortalecida pelo valor simbólico que Pilar passou a representar, sendo uma localidade que integrava

história, memória e cultura. A presença de instituições de ensino, como a escola pública e o hospital local, além do fortalecimento do comércio regional, reforçou a ideia de que Pilar ainda possuía um papel importante na dinâmica social e econômica da região central.

A persistência da comunidade de Ferreiro após o fim da mineração está relacionada a uma resistência social e econômica que envolveu a reapropriação das terras para fins agrícolas. O Arraial do Ferreiro, como visto anteriormente, foi rapidamente despovoado, sem que fosse possível desenvolver uma economia diversificada o suficiente para garantir sua sobrevivência imediata.

Contudo, o que se observa em Ferreiro é uma persistência da ocupação territorial com foco em agricultura e criação de pequenos animais, além de uma forte identidade comunitária que perdurou mesmo com o declínio da atividade mineradora. A transição mais recente, que ocorreu com a incorporação da área ao Projeto de Assentamento Serra Dourada, na década de 1990, permitiu que a comunidade se reconstituísse em torno de novos projetos sociais e econômicos. A agroecologia tornou-se uma das principais formas de resistência econômica, com a produção de hortas comunitárias, feiras e práticas sustentáveis de cultivo (Morais, 2015, p. 95).

As transformações em Ferreiro não foram apenas econômicas, mas também culturais. A religiosidade local, que remonta ao período da mineração, continuou a ser uma força unificadora, especialmente nas festividades religiosas como a Festa de São João. Essa combinação de práticas agrícolas, valores comunitários e identidade religiosa ajudou a comunidade a se manter conectada com a história do lugar, ao mesmo tempo em que se adaptava às novas exigências sociais e econômicas do século XXI. O processo de reocupação foi marcado pela preservação de muitos dos espaços simbólicos do antigo arraial, como a igreja de São João Batista, que foi restaurada pela comunidade e se tornou um ponto de reunião e resistência (Morais, 2015).

Em Santa Rita, a persistência da comunidade após o fim da mineração foi limitada pela ausência de alternativas econômicas viáveis e pela fragilidade das redes sociais e institucionais locais. Santa Rita rapidamente se esvaziou com o esgotamento das jazidas, sem que houvesse o desenvolvimento de uma economia alternativa ou a adoção de projetos que garantissem a permanência de sua população.

Os registros históricos e arqueológicos disponíveis indicam que, ao contrário de outros arraiais, Santa Rita não contou com uma transição agrícola significativa nem com o reaproveitamento do espaço para novas atividades, como o turismo ou a

produção rural. A falta de infraestrutura de apoio e a ausência de iniciativas de reconversão urbana ou patrimonial explicam o decaimento demográfico e o subsequente abandono da área (Silva & Sousa, 1849).

Santa Rita serve, portanto, como um exemplo de que, diante do declínio da mineração, onde a falta de diversificação econômica e de alternativas produtivas levou ao esvaziamento imediato, a comunidade local não conseguiu ressignificar o espaço nem o reintegrar ao circuito econômico goiano, resultando em um total despovoamento.

#### **3.1.4. Transformações na cultura material após o fim da mineração**

A cultura material é um dos principais indicadores das transformações ocorridas em uma comunidade ao longo do tempo. No contexto dos arraiais mineradores goianos, as modificações na organização espacial, nas técnicas construtivas e no consumo cotidiano após o declínio da mineração revelam processos de reconfiguração social, reconfiguração simbólica e novas formas de ocupação do território. Neste tópico, são discutidas as transformações na cultura material dos arraiais de Ouro Fino, Pilar, Ferreiro e Santa Rita, com ênfase nas evidências arqueológicas e etnográficas que indicam continuidades e rupturas após o fim da economia aurífera.

O caso de Ouro Fino é exemplar pela riqueza de seus vestígios arqueológicos e pela complexidade simbólica da paisagem cultural. As escavações realizadas no âmbito do Relatório de Monitoramento Arqueológico (2023), embora limitadas às áreas impactadas por intervenções arquitetônicas, revelaram indícios significativos das transformações materiais que ocorreram após o declínio minerador. A presença de fragmentos cerâmicos, metálicos, vítreos e construtivos (como tijolos, pedra sabão e adobe) sugere uma materialidade diversa, marcada tanto pelo uso cotidiano quanto por práticas rituais e funerárias.

A escassez de louça fina e a predominância de cerâmica comum indicam um padrão de consumo simplificado, possivelmente associado à população de camadas sociais menos privilegiadas. Como a louça era um bem de valor elevado, sua ausência pode sinalizar restrições econômicas ou estar relacionada à função dos espaços escavados, como o entorno da igreja, que não eram residenciais. Essa leitura reforça a necessidade de futuras escavações em áreas domésticas ou de descarte, que possam revelar com mais clareza os hábitos cotidianos e alimentares da população remanescente (Relatório de Monitoramento Arqueológico, 2023).

Outro aspecto marcante é a presença de objetos de uso pessoal, como contas de colar ou terço feitas de marfim, material de origem africana. Esses achados são fundamentais para identificar a presença de indivíduos africanos escravizados no arraial e sugerem uma convivência multiétnica, marcada por hierarquias, mas também por práticas culturais diversas. A cultura material, nesse caso, torna-se uma via privilegiada para acessar as experiências das camadas historicamente marginalizadas, frequentemente ausentes nos registros escritos (Hardesty, 1988).

As estruturas remanescentes, como pisos de mesaneta, alvenaria mista e o uso de pedra sabão em calçamentos, evidenciam técnicas distintas de construção. Elementos como a estola litúrgica, cruz esculpida e alças de caixão encontradas em um sepultamento atribuído a um padre apontam para a presença de instituições religiosas formalizadas e de uma organização social complexa, típica de um núcleo que superou o estágio de acampamento minerador (Costa, 2012; Hardesty, 1988).

A transformação da paisagem em Ouro Fino também se expressa na conversão de espaços religiosos e funerários em locais de memória coletiva, como a igreja de Nossa Senhora do Pilar e o cemitério anexo, que hoje são visitados como parte de roteiros patrimoniais. A sobreposição de materiais construtivos e a reutilização de elementos arquitetônicos reforçam a ideia de um espaço em constante reelaboração, mesmo diante do declínio populacional e econômico.

Em Pilar, as transformações na cultura material também evidenciam uma trajetória marcada por reconfiguração e ressignificação. Após os ciclos de esgotamento aurífero, o núcleo urbano passou a desenvolver atividades comerciais e institucionais, mantendo uma população relativamente estável. As pesquisas baseadas nas Décimas Urbanas indicam que, mesmo durante a crise econômica, continuavam ativas lojas, oficinas e pequenos comércios (Moura, 2021).

A arquitetura civil e religiosa preservada em Pilar apresenta modificações importantes ao longo do tempo, como o uso de adobe em substituição à taipa de pilão, a simplificação de ornamentos em fachadas e a aplicação de rebocos mais rústicos. Essas mudanças são reflexo não apenas da escassez de recursos após o ciclo minerador, mas também da continuidade do uso dos edifícios por populações com diferentes capacidades técnicas e econômicas (Silva & Oliveira, 2017).

Um ponto central na cultura material de Pilar é o processo de patrimonialização, iniciado com o tombamento federal em 1952. Esse reconhecimento formal resultou em ações de restauro e preservação, que por vezes reintroduziram elementos não originais aos edifícios, gerando debates sobre autenticidade. Ainda assim, o

tombamento contribuiu para a manutenção da materialidade urbana e reforçou os vínculos simbólicos da população com o passado minerador (Silva & Oliveira, 2017, p. 231–234).

Os objetos do cotidiano, como móveis simples, ferramentas agrícolas e utensílios domésticos, passaram a ser preservados por moradores e instituições locais, como o museu comunitário. Essa prática evidencia uma nova dimensão da cultura material: o objeto como vestígio, mas também como símbolo de identidade, o que reforça a permanência do lugar como centro de memória.

Em Ferreiro, as transformações na cultura material após o fim da mineração ocorreram principalmente com a reocupação da área por comunidades camponesas, especialmente após a criação do Assentamento Serra Dourada. A ocupação agrícola do território foi acompanhada de uma apropriação simbólica dos vestígios do antigo arraial, que passaram a ser integrados ao cotidiano dos moradores como elementos da memória coletiva e da luta por território (Morais, 2015).

A igreja de São João Batista, por exemplo, foi restaurada com o apoio da comunidade e retomada como espaço de celebração religiosa, articulando passado e presente. Essa reutilização de uma estrutura originalmente mineradora com função litúrgica colonial revela a ressignificação do patrimônio construído por uma comunidade popular que atribui novos significados aos espaços herdados (Morais, 2015, p. 90–92).

No plano dos artefatos, observam-se práticas de reaproveitamento de materiais construtivos, como o uso de pedra lavrada em muros e cercas agrícolas, e de restos cerâmicos para drenagem de hortas. Essa economia de materiais é típica de contextos camponeses, mas também evidencia um vínculo com a materialidade histórica do local. A cultura material em Ferreiro se transforma a partir do uso funcional e simbólico dos restos da mineração, que deixam de ser ruínas para se tornarem suporte para a vida cotidiana.

A produção agroecológica introduziu novos elementos à paisagem, como estufas, hortas circulares e espaços de comercialização, todos erguidos com materiais reutilizados. A estética resultante é uma mistura de passado e presente, revelando um processo de sobreposição de materialidades, em que a história do arraial não desaparece, mas é integrada à lógica camponesa de vida e resistência.

Em contraste com os exemplos anteriores, o arraial de Santa Rita representa um caso de descontinuidade radical na cultura material. A escassez de fontes arqueológicas e históricas sobre o local sugere que, após o esgotamento das jazidas,

houve abandono rápido do núcleo urbano, sem a reocupação do espaço ou o reaproveitamento sistemático de suas estruturas (Sousa, 1849; Cunha Mattos, 1824).

A ausência de sepultamentos formalizados, igrejas preservadas ou estruturas habitacionais reutilizadas indica que os materiais do arraial provavelmente foram dispersos, degradados ou removidos com o tempo, sem que houvesse um esforço comunitário ou institucional de preservação. A cultura material de Santa Rita, portanto, não passou por processos de transformação adaptativa, como ocorreu em Ouro Fino, Pilar ou Ferreiro, sendo, em grande parte, perdida.

A falta de materialidade visível também repercute na memória social. Não há registro de usos simbólicos recentes, festividades associadas ao antigo arraial ou manifestações religiosas ligadas ao local. Isso torna Santa Rita um exemplo limite de como a cultura material pode desaparecer completamente quando não há mecanismos sociais, econômicos ou políticos de valorização do território.

Por fim, todas as informações obtidas através das comparações realizadas no capítulo 3 foram sintetizadas em um quadro (Quadro 1).

<b>Categoria</b>	<b>Ouro Fino</b>	<b>Pilar</b>	<b>Ferreiro</b>	<b>Santa Rita</b>
<b>1. Atividades econômicas paralelas à mineração</b>	Comércio local forte; agricultura e criação de animais desde o século XVIII; presença de igrejas, seminário e cemitério.	Economia plural: comércio ambulante, agricultura, oficinas e hospedagem; integração regional.	Apoio logístico à rede mineradora; pouso de viajantes; hortas e comércio miúdo.	Praticamente inexistentes; economia altamente dependente do ouro.
<b>2. Tentativas de transição econômica</b>	Reconversão em fazenda agropecuária; uso religioso e patrimonial (seminário e peregrinação).	Reestruturação em economia mista (comércio, serviços); patrimonialização (tombamento pelo IPHAN).	Reocupação agrária no século XX com reforma agrária (Assentamento Serra Dourada); produção agroecológica.	Nenhuma tentativa efetiva registrada; esvaziamento total.
<b>3. Persistência da comunidade</b>	Pequena, mas significativa; mantida por práticas agropecuárias e religiosas.	População permanece; fortalecimento com tombamento e manutenção da estrutura urbana.	Comunidade reconstruída com base em assentamento rural e forte identidade local.	Abandono completo; sem continuidade populacional ou reocupação.
<b>4. Transformações na cultura material</b>	Vestígios arqueológicos diversos; reaproveitamento de igrejas e materiais; cultura simbólica viva.	Arquitetura adaptada; museu e objetos cotidianos preservados; forte vínculo com patrimônio.	Reutilização prática de materiais; restauração da igreja; fusão de paisagem histórica e agroecológica.	Cultura material praticamente desaparecida; sem reutilização ou valorização patrimonial.

Quadro 1: Comparação entre os arraiais goianos (fonte: a autora).

Ao se analisar comparativamente os quatro arraiais goianos Ouro Fino, Pilar, Ferreiro e Santa Rita, com base nas categorias propostas no capítulo, é possível identificar tanto convergências quanto trajetórias bastante distintas no processo de transformação pós-mineração.

Entre os pontos em comum, destaca-se que Ouro Fino, Pilar e Ferreiro desenvolveram, ainda durante o auge da mineração, atividades econômicas paralelas, como o comércio local, a agricultura de subsistência, a criação de animais e a prestação de serviços. Essas atividades, mesmo que em graus variados e nem sempre bem documentadas, permitiram certa autonomia econômica e serviram de base para estratégias posteriores de transição. Esses três arraiais também demonstraram capacidade de reorganização após o esgotamento do ouro, ainda que por caminhos diferentes. Em todos eles, houve alguma forma de persistência comunitária, seja por meio da reconversão em propriedades rurais como em Ouro

Fino, da valorização patrimonial como em Pilar, ou da reocupação camponesa via reforma agrária como em Ferreiro. Outro aspecto comum foi a transformação da cultura material, com reaproveitamento de construções, preservação de elementos simbólicos e integração dos vestígios históricos ao cotidiano das novas formas de ocupação.

Por outro lado, as diferenças entre os arraiais também são marcantes. Pilar foi o único núcleo que passou por um processo formal de patrimonialização, sendo tombado pelo IPHAN em 1952. Esse reconhecimento conferiu à vila um novo papel simbólico, mantendo sua estrutura urbana e permitindo a articulação entre memória, turismo e identidade local. Já Ouro Fino, embora não tenha sido tombado oficialmente, encontrou na conversão em fazenda e no uso religioso, como a instalação do seminário diocesano, um meio de manter a ocupação e ressignificar seu território. Ferreiro seguiu uma via distinta: após um longo período de abandono, foi reocupado no século XX por famílias assentadas no Projeto Serra Dourada, tornando-se um exemplo de resistência camponesa contemporânea, com forte vínculo com a memória mineradora. Em contrapartida, Santa Rita representa um caso de descontinuidade total: extremamente dependente da mineração e sem atividades econômicas paralelas significativas, o arraial não resistiu ao colapso aurífero, sendo rapidamente abandonado. Sua cultura material praticamente desapareceu, e não houve esforços comunitários ou institucionais para sua reocupação ou preservação.

Portanto, a análise revela que a diversificação econômica, a capacidade de reconfiguração social e a valorização simbólica do espaço foram fatores determinantes para a continuidade das comunidades pós-mineradoras. Onde esses elementos estiveram ausentes, como em Santa Rita, o declínio econômico e o despovoamento se tornaram inevitáveis.

As evidências levantadas ao longo deste capítulo dialogam diretamente com a crítica historiográfica apresentada no Capítulo 1, demonstrando que a visão de autores como Americano do Brasil (1867 apud Silva, 2020), Colemar Natal e Silva (2002 apud Silva, 2020) e Nasr Chaul (1997) estava, em muitos aspectos, alinhada à realidade material e social dos arraiais goianos. Os casos de Pilar, Ferreiro e, em certa medida, Ouro Fino, revelam estratégias de permanência, reconversão econômica e reinvenção simbólica que contradizem a imagem de colapso absoluto associada à ideia de decadência. Isso reafirma a importância de uma abordagem arqueológica e historiográfica que vá além da linearidade do declínio, reconhecendo a complexidade das trajetórias locais e a vitalidade das comunidades pós-mineradoras.

A análise comparativa realizada demonstra que os processos de transformação vivenciados pelos arraiais mineradores goianos são múltiplos e não podem ser explicados por uma narrativa única de decadência. Ao identificar padrões e diferenças entre os casos, verifica-se que a trajetória de cada arraial foi moldada por fatores como infraestrutura, localização, memória simbólica e estratégias de reaproveitamento territorial. Essas observações reforçam a necessidade de abordagens mais complexas e integradas, que considerem tanto os vestígios materiais quanto as dinâmicas sociais e culturais. Tais conclusões servirão de base para a reflexão final apresentada na conclusão deste trabalho.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou investigar, a partir de uma abordagem arqueológica e historiográfica, as transformações ocorridas em arraiais mineradores goianos nos séculos XVIII e XIX, com ênfase no Arraial de Ouro Fino. O objetivo central foi compreender de que maneira esses espaços foram afetados pelo declínio da atividade aurífera e como as populações locais reagiram a essas mudanças, desafiando, muitas vezes, a narrativa tradicional da "decadência". Para isso, foi realizada uma análise integrada entre a cultura material registrada em escavações arqueológicas, as fontes historiográficas e a comparação com outros arraiais da região, como Pilar, Ferreiro e Santa Rita.

Ao longo do estudo, foi possível identificar tanto padrões recorrentes quanto experiências singulares nos processos de transformação e esvaziamento dos núcleos mineradores. Em Ouro Fino, por exemplo, observou-se um percurso marcado pelo abandono gradual de estruturas institucionais, como a igreja, o seminário e o largo, em padrão semelhante ao identificado em Pilar. No entanto, diferentemente de Pilar, onde houve maior integração posterior à rede urbana e administrativa regional, Ouro Fino se destacou pela presença de ocupações informais, reaproveitamento do espaço para fins agrícolas e religiosos, e continuidade simbólica expressa na memória local e nas festividades religiosas, como a Festa do Divino Espírito Santo.

No caso de Ferreiro, verificou-se uma trajetória de reocupação associada à luta agrária e à agroecologia contemporânea, enquanto Santa Rita apresentou um modelo de despovoamento mais abrupto e sem reaproveitamento significativo das estruturas originais. Essa diversidade de trajetórias indica que o processo de declínio pós-minerador nos arraiais goianos não seguiu uma linha única e previsível, desafiando explicações simplistas baseadas em uma lógica de colapso uniforme. Houve, ao contrário, continuidade social, econômica e simbólica em diferentes escalas e formatos, mesmo em contextos marcados por profunda reconfiguração territorial.

Nesse sentido, a arqueologia desempenha um papel fundamental para a compreensão dessas dinâmicas. Por meio da análise da cultura material, como fragmentos cerâmicos, objetos pessoais, estruturas construtivas, técnicas de reaproveitamento e distribuição espacial dos vestígios, é possível revelar aspectos invisibilizados pelas fontes escritas, como as práticas cotidianas de reorganização, resistência e permanência. A materialidade encontrada em Ouro Fino, por exemplo, aponta para reutilizações de espaço, vestígios de sepultamentos religiosos, presença de populações marginalizadas, e resquícios de técnicas construtivas e mineradoras

que indicam um uso prolongado e complexo do território, mesmo após o auge da mineração.

Além disso, a perspectiva da Arqueologia da Mineração, adotada ao longo desta pesquisa, permitiu integrar dimensões técnicas, sociais e simbólicas da ocupação dos arraiais. Ao considerar os âmbitos Material e Populacional propostos por Hardesty (1988), foi possível analisar as transformações nas formas de vida e organização social após o declínio da mineração e a cultura material ligada ao surgimento, ápice e despovoamento do arraial. Tal abordagem evidencia que o fim da exploração aurífera não representa, necessariamente, um ponto final, mas sim o início de novos arranjos sociais e territoriais, que merecem ser interpretados à luz de suas especificidades históricas.

Essa constatação reforça a crítica, discutida no Capítulo 1, ao uso generalizante do termo "decadência". Como discutido por autores como Rogério Chaves da Silva (2020), Nasr Chaul (1997), Antônio Americano do Brasil (1961 apud Silva, 2020) e Colemar Natal e Silva (2002 apud Silva, 2020), a aplicação acrítica desse conceito à história de Goiás resulta em uma imagem distorcida e desvalorizadora das populações locais. Ao sustentar a ideia de um colapso inevitável e irreversível, a noção de decadência apaga as estratégias de ajustamento e continuidade que marcaram a experiência pós-mineradora em muitos arraiais.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, a leitura da "decadência" como uma linha descendente inevitável deve ser revista, sobretudo quando confrontada com os dados arqueológicos e as narrativas locais. Os esforços de intelectuais goianos do século XX em revisitar essas histórias sob a ótica da valorização regional e da memória social ganham novo fôlego quando articulados às evidências materiais, como as que foram analisadas no sítio arqueológico de Ouro Fino. A convergência entre essas abordagens, historiográfica e arqueológica, fortalece uma perspectiva mais crítica e plural sobre os caminhos do pós-mineração em Goiás.

Dessa forma, este trabalho também propõe novas direções para a pesquisa arqueológica na região. Uma das limitações enfrentadas foi a restrição do escopo das escavações a áreas vinculadas a obras emergenciais e à preservação de estruturas visíveis, isso quando havia projetos ligados à arqueologia, que são, por si só, raros nos arraiais goianos. Isso limitou o acesso a contextos domésticos e de descarte, que são fundamentais para a compreensão mais profunda da vida cotidiana e das estratégias de reconfiguração das populações locais. Como tal, sugere-se a realização de novas escavações em áreas residenciais e de descarte no Arraial de

Ouro Fino, com o objetivo de identificar práticas de consumo, descarte, técnicas construtivas, e possíveis reutilizações de espaço nesses contextos.

Além disso, seria de grande relevância o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas comparativas em outros arraiais goianos, especialmente aqueles menos conhecidos ou ainda não sistematicamente escavados, como o Arraial de Santa Rita. A aplicação sistemática da Arqueologia da Mineração nesses locais permitiria testar as hipóteses levantadas neste trabalho sobre padrões regionais de transformação, e enriquecer o debate sobre a complexidade dos contextos pós-auríferos. O uso de tecnologias não invasivas, como o mapeamento geofísico, e o aprofundamento da análise estratigráfica também poderiam ampliar significativamente o entendimento sobre a sequência de ocupações e os processos de transformação dos espaços mineradores.

Por fim, este estudo reforça a importância de se promover um diálogo constante entre arqueologia, história e memória local. A paisagem arqueológica de arraiais como Ouro Fino não deve ser vista apenas como ruína do passado, mas como território de disputa simbólica, lugar de memória e possibilidade de construção de novas narrativas. Ao valorizar os vestígios materiais, as tradições orais, as fontes documentais e as interpretações historiográficas locais, é possível reconstruir uma história mais justa, plural e crítica das sociedades que deram forma à interiorização do território goiano.

Assim, conclui-se que os arraiais goianos pós-mineradores, longe de representarem espaços vazios ou “decadentes”, configuram-se como territórios em permanente transformação, onde as ruínas dialogam com a permanência, e onde os silêncios podem ser preenchidos por vestígios, memórias e narrativas esquecidas. A arqueologia, nesse processo, não apenas reconstrói o passado, mas contribui para que ele continue a existir, resistir e fazer sentido no presente.

## REFERENCIAS

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás: séculos XVIII e XIX**. Brasília: CODEPLAN, 1978.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CORREA, D. S. **Gestão do patrimônio arqueológico arquitetônico dos arraiais de mineração do século XVIII, município de Goiás-GO**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Goiás, 2019.

COSTA, D. M. **Arqueologia da Mineração nas Lavras do Abade: entre propostas e práticas**. Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, v. 6, n. 1, p. 85–112, 2012.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências culturais**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

DUNNEL, R. C. **Classificação em arqueologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

GEIER, Clarence R. (Org.). **The historical archaeology of Virginia: from initial settlement to the present**. Richmond: Department of Historic Resources, 2020.

HARDESTY, D. L. **Mining archaeology in the American West: a view of the Silver State**. Michigan: Society for Historical Archaeology, 1988.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ruínas do antigo Arraial de Ouro Fino vão receber obras de estabilização**. Brasília: IPHAN, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/ruinas-do-antigo-arraial-de-ouro-fino-vaio-receber-obras-de-estabilizacao>. Acesso em: 03 maio 2025.

KNAPP, A. B.; PIGOTT, V. C.; HERBERT, E. W. **Social approaches to an industrial past: the archaeology and anthropology of mining**. London: Routledge, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [s.d.].

MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Escritos sobre a província de Goiás: corografia histórica, itinerário, carta corográfica**. Organização de Cristiano Alencar Arrais; Eliézer Cardoso de Oliveira; Maria de Fátima Oliveira. Goiânia: Caminhos, 2021.

MELO, L. L. de. **Ouro Fino: um arraial... uma igreja... um largo... e uma vaga lembrança na paisagem**. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 8, n. 1, p. 119–150, 2012.

MORAIS, José Carlos. **Ensaio sobre Ouro Fino: as ruínas a pedra**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016.

MOURA, Nádya Mendes de. **A cidade enquanto artefato: o que evidenciam as décimas urbanas acerca da decadência na Capitania de Goiás**. Anais do Museu Paulista, v. 29, p. 1-62, 2021.

PALACÍN, Luiz. **História de Goiás**. 3. ed. Goiânia: UFG, 1976.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB, 1992. Disponível em: <https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/prous-a-1992-arqueologia-brasileira.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.

RELATÓRIO final do projeto de monitoramento e salvamento arqueológico nas ruínas de Ouro Fino, estado de Goiás. Coordenação: Cristiane Loriza Dantas. Goiânia: Museu Zoroastro Artiaga, 2023.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology: theories, methods and practice**. 8. ed. London: Thames & Hudson, 2020.

SANTOS, Patrícia Palma. **O passado no presente: a importância da educação patrimonial e do arqueoturismo para a preservação do patrimônio arqueológico da Estrada Real**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Rogério Chaves da. **Considerações sobre o conceito de decadência na produção historiográfica em Goiás: uma análise acerca da historiografia regional do novecentos**. Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 11, n. 2, p. 1-20, 2020.

SOUZA, M. A. T. **Ouro Fino: arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. **Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz**. Revista Trimensal de História e Geographia, tomo XII, p. 429-510, 1849.

TONICO; RIBEIRO, Francisco. **Chico Mineiro**. [S.l.]: Chantecler, 1946. Letra da música. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tonico-e-tinoco/49083/>. Acesso em: 06 maio 2025.

TRONCOSO, Lucas de Paula S. **Horizontes mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.